

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR .....	18
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	19
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO .....	21
9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	22
10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO .....	25
11. INVESTIMENTOS.....	26
12. IMOBILIZADO .....	31
13. INTANGÍVEL.....	33
14. FORNECEDORES .....	34
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	34
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	36
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	38
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	39
19. PROVISÕES .....	42
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	52
21. RECEITA .....	53
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	55
23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	57
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	58
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	59
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	66
27. RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010 .....	68
28. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	69
29. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	71
30. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	71
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA .....	75
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	76
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES .....	90
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	100

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.178.835	4.424.959	432.355	656.704
Consumidores e Revendedores	5	2.239.397	2.277.907	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		411.050	366.984	-	-
Ativos Financeiros - Concessão	10	604.579	222.173	-	-
Tributos Compensáveis	6 a	358.606	357.027	6.403	8.208
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	897.656	530.325	-	-
Dividendos a Receber		-	-	633.741	1.362.451
Estoques		46.832	35.032	615	17
Outros Créditos		622.066	402.567	10.408	14.124
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>9.359.021</b>	<b>8.616.974</b>	<b>1.083.522</b>	<b>2.041.504</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	9	1.792.189	1.823.644	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	9	-	-	927.550	872.638
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	7 a	1.145.471	1.107.775	94.365	132.816
Tributos Compensáveis	6 a	108.911	115.200	426	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	145.917	117.732	142.007	111.469
Depósitos Vinculados a Litígios	8	973.212	693.365	194.680	153.340
Consumidores e Revendedores	5	93.651	161.239	-	-
Outros Créditos		184.673	141.069	48.937	85.351
Ativos Financeiros - Concessão	10	7.684.639	5.508.462	-	-
Investimentos	11	-	-	11.417.383	9.449.272
Imobilizado	12	8.142.789	8.302.923	1.979	1.879
Intangível	13	4.454.553	3.705.267	867	1.544
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>24.726.005</b>	<b>21.676.676</b>	<b>12.828.194</b>	<b>10.808.735</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>34.085.026</b>	<b>30.293.650</b>	<b>13.911.716</b>	<b>12.850.239</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	993.633	852.195	1.143	14.275
Encargos Regulatórios	17	337.138	324.234	-	-
Participações nos Lucros		76.332	97.878	3.267	3.774
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	459.264	419.491	35.056	32.838
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	553.660	127.108	48.130	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		487.062	953.789	487.062	953.789
Empréstimos e Financiamentos	16	1.387.928	5.878.470	20.975	23.358
Debêntures	16	361.115	780.576	-	-
Salários e Contribuições Sociais		235.045	353.291	13.049	18.423
Obrigações Pós-emprego	18	100.437	94.041	3.810	4.108
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		61.786	78.305	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	4.318	10.839
Outras Obrigações		363.939	320.219	17.604	20.605
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>5.417.339</b>	<b>10.279.597</b>	<b>634.414</b>	<b>1.082.009</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	17	251.094	152.303	-	-
Empréstimos e Financiamentos	16	6.483.486	4.044.281	36.794	55.190
Debêntures	16	4.551.444	589.620	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	738.347	326.627	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	882.090	988.631	-	-
Provisões	19	457.679	562.027	197.338	383.911
Concessões a Pagar		76.363	79.817	-	-
Obrigações Pós-emprego	18	2.083.750	1.914.986	91.380	87.433
Outras Obrigações		264.358	190.260	72.714	76.195
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.788.611</b>	<b>8.848.552</b>	<b>398.226</b>	<b>602.729</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>21.205.950</b>	<b>19.128.149</b>	<b>1.032.640</b>	<b>1.684.738</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES</b>	20				
Capital Social		3.412.073	3.101.884	3.412.073	3.101.884
Reservas de Capital		3.953.850	3.969.099	3.953.850	3.969.099
Reservas de Lucros		2.882.308	3.177.248	2.882.308	3.177.248
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.244.736	1.343.383	1.244.736	1.343.383
Ajustes Acumulados de Conversão		(5.298)	150	(5.298)	150
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	27.124	27.124	27.124
Lucros (Prejuízos) Acumulados		1.364.283	(453.387)	1.364.283	(453.387)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.879.076</b>	<b>11.165.501</b>	<b>12.879.076</b>	<b>11.165.501</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>34.085.026</b>	<b>30.293.650</b>	<b>13.911.716</b>	<b>12.850.239</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto resultado do período por ação)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>RECEITA</b>	21	<b>9.437.095</b>	<b>8.827.608</b>	<b>338</b>	<b>265</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	22				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.678.541)	(2.356.066)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(552.682)	(621.103)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(162.685)	(128.404)	-	-
		<u>(3.393.908)</u>	<u>(3.105.573)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO	22				
Pessoal e Administradores		(677.343)	(690.293)	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(131.879)	(99.163)	-	-
Materiais		(80.918)	(80.886)	-	-
Serviços de Terceiros		(495.672)	(447.979)	-	-
Depreciação e Amortização		(673.846)	(645.468)	-	-
Provisões Operacionais		(218.223)	(39.814)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(104.925)	(109.336)	-	-
Outras		(229.593)	(178.293)	-	-
		<u>(2.612.399)</u>	<u>(2.291.232)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO		-	-	-	-
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(6.006.307)</b>	<b>(5.396.805)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>3.430.788</b>	<b>3.430.803</b>	<b>338</b>	<b>265</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	22				
Despesas com Vendas		(113.907)	(119.741)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(301.700)	(495.278)	51.182	(13.678)
Outras Despesas Operacionais		(234.717)	(160.863)	(7.223)	(16.178)
		<u>(650.324)</u>	<u>(775.882)</u>	<u>43.959</u>	<u>(29.856)</u>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro e impostos</b>		<b>2.780.464</b>	<b>2.654.920</b>	<b>44.297</b>	<b>(29.591)</b>
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	11	-	-	<b>1.617.178</b>	<b>1.659.954</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	23	(523.454)	(189.041)	14.493	6.304
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>2.257.010</b>	<b>2.465.880</b>	<b>1.675.968</b>	<b>1.636.667</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	(648.376)	(759.874)	(75.247)	(83.599)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	(21.784)	(121.787)	(13.871)	(11.856)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>1.586.850</b>	<b>1.584.219</b>	<b>1.586.850</b>	<b>1.541.212</b>
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		1.586.850	1.541.212	1.586.850	1.541.212
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	43.007	-	-
<b>Resultado Básico por ação preferencial e ordinária</b>		<b>2,33</b>	<b>2,55</b>	<b>2,33</b>	<b>2,48</b>
<b>Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária</b>		<b>2,33</b>	<b>2,55</b>	<b>2,33</b>	<b>2,48</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>3.101.884</b>	<b>3.969.099</b>	<b>3.177.248</b>	<b>1.343.383</b>	<b>150</b>	<b>(453.387)</b>	<b>27.124</b>	<b>11.165.501</b>
Resultado do Período	-	-	-	-	-	1.586.850	-	1.586.850
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(5.448)	-	-	(5.448)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	1.993	-	-	-	1.993
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.993</b>	<b>(5.448)</b>	<b>1.586.850</b>	<b>-</b>	<b>1.583.395</b>
Aumento de Capital Social	310.189	(15.249)	(294.940)	-	-	-	-	-
Aquisição de Controladas em Conjunto - Efeito Reflexo da Adoção das Normas Contábeis	-	-	-	-	-	130.180	-	130.180
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(100.640)	-	100.640	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010</b>	<b>3.412.073</b>	<b>3.953.850</b>	<b>2.882.308</b>	<b>1.244.736</b>	<b>(5.298)</b>	<b>1.364.283</b>	<b>27.124</b>	<b>12.879.076</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Período	1.586.850	1.584.219	1.586.850	1.541.212
<b>Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades</b>				
Depreciação e Amortização	692.971	660.973	127	128
Baixas Líquidas de Imobilizado	34.759	31.954	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.617.178)	(1.659.954)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	5.503	(156.663)	(54.912)	(42.893)
Revisão da Receita da Transmissão	-	-	-	-
Impostos Federais Diferidos	21.784	121.787	13.871	11.856
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	(56.783)	14.916	(186.573)	(34.523)
Amortização de Ágio nas aquisições	47.714	16.932	-	-
Obrigações Pós-emprego	51.745	57.233	9.408	4.356
Outros	-	-	677	796
	<u>2.384.543</u>	<u>2.331.351</u>	<u>(247.730)</u>	<u>(179.022)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(9.055)	(168.099)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	157.043	143.646	-	-
Créditos tributários diferidos	-	(150.680)	-	(38.299)
Tributos Compensáveis	(390.846)	(570.882)	(28.733)	(14.369)
Concessionários – Transporte de energia	(44.066)	44.562	-	-
Outros Ativos Circulantes	(231.257)	134.917	3.118	12.772
Outros Realizáveis a Longo Prazo	23.984	24.472	36.414	(21.068)
Depósitos Judiciais	(279.847)	(217.858)	(41.340)	-
Revisão Tarifária da Transmissão	-	-	-	(7.631)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	1.138.157	767.505
	<u>(774.044)</u>	<u>(759.922)</u>	<u>1.107.616</u>	<u>698.910</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	141.438	(143.614)	(13.132)	(1.447)
Impostos, Taxas e Contribuições	712.024	1.230.390	74.928	115.945
Salários e Contribuições Sociais	(118.246)	78.302	(5.374)	456
Encargos Regulatórios	12.904	(7.844)	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	292.175	154.263	(2.382)	14.680
Obrigações Pós-emprego	123.415	39.759	(5.759)	31.261
Perdas com Instrumentos Financeiros	(16.519)	63.771	-	-
Outros	318.332	(13.450)	113.215	239.709
	<u>1.465.523</u>	<u>1.401.577</u>	<u>161.496</u>	<u>400.604</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>3.076.022</u>	<u>2.973.006</u>	<u>1.021.382</u>	<u>920.492</u>

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Investimentos	(1.749)	-	(760.380)	(570.294)
No Imobilizado	(203.952)	(573.245)	(227)	(30)
No Intangível	(1.627.318)	(495.726)	-	-
No Ativo Financeiro	(2.090.160)	(1.550.743)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação financeira	-	-	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(3.923.179)</b>	<b>(2.619.714)</b>	<b>(760.607)</b>	<b>(570.324)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	5.068.441	960.529	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(4.000.681)	(357.857)	(18.397)	(18.397)
Participação de Acionistas não controladores	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(466.727)	(470.732)	(466.727)	(470.732)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS(USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>601.033</b>	<b>131.940</b>	<b>(485.124)</b>	<b>(489.129)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(246.124)</b>	<b>485.232</b>	<b>(224.349)</b>	<b>(138.961)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>				
No início do período	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
No fim do período	4.178.835	2.769.169	432.355	117.945
	(246.124)	485.232	(224.349)	(138.961)

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”), e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). Atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) ou (“Cemig Geração e Transmissão”) (controlada) subsidiária integral de capital aberto (possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólica e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:
  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
  - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.
  - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em



Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) e Terna Serviços Ltda.

- Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) (controlada em conjunto) – Participação de 62,80% na Transmissora Alterosa de Energia S.A.

- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 36,23%) – Participação de 29,42% na Transmissora Aliança de Energia S.A.

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A usina iniciou operações em junho de 2010.

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhões; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com previsão de início de operação comercial em dezembro de 2011.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2010.

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.

■ Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) ou (“Cemig Distribuição”) (controlada) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo o Estado de Minas Gerais.

■ Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light S.A. possui as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (controlada) - Empresa que tem como atividade principal atuar no mercado de prestação de serviços de co-geração, projetos, administração e soluções tais como efficientização e definições de matrizes energéticas e comercialização de energia no mercado livre;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto,

construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger Ltda. (“Light Ger”) e Lighthidro Ltda. (“Light Hidro”) (controlada) - Empresas em fase pré-operacional, ambas para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi.

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia para o social como empresa cidadã.

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (controlada) - Tem como objetivo a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia.

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Constituída, em agosto de 2008, com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e Gestão de sistemas para Empresas do setor de energia elétrica.

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”);
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além

de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (“Pai Joaquim”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Trading”) (controlada) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) – Operação da linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará. A ETEP constituiu a controlada Santos Dumont de Energia S.A – ESDE, com participação de 100%.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Além disso, a EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia (“EBTE”) (controlada em conjunto), Sistema de Transmissão Catarinense (“STC”) (controlada) e Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica (“Lumitrans”) (controlada).
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão, ambas no Estado de Santa Catarina.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) - Constituída em agosto de 2008, com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica;
- Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central

do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010.

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;

A CEMIG ainda possui participação societária na empresa relacionada abaixo, em fase pré-operacional:

- Cemig Serviços S.A (“Cemig Serviços”) (controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade

foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Em consequência, as Informações Trimestrais - ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2009 e 2010.

	30/09/2010	31/12/2009
<b>Patrimônio Líquido anteriormente apresentado</b>	<b>11.539.970</b>	<b>10.275.505</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.180.754	1.281.393
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	(67)	5.395
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	7.968	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	585.712	359.029
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	17.071	16.736
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(25.412)	(27.798)
Encargos Capitalizados - CPC20	7.156	1.976
Obrigações pós emprego – CPC 33	(518.366)	(485.785)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	84.290	(270.099)
<b>Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis</b>	<b>1.339.106</b>	<b>889.996</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (Reapresentado)</b>	<b>12.879.076</b>	<b>11.165.501</b>

	30/09/2010	30/09/2009
<b>Resultado do trimestre anteriormente apresentado</b>	<b>1.263.059</b>	<b>1.470.081</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(100.639)	(110.542)
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	(5.462)	(118)
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	(1.181)	686
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	101.364	18.782
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	335	(14.747)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	2.386	(479)
Encargos Capitalizados - CPC20	5.180	377
Obrigações pós emprego – CPC 33	(32.581)	(46.264)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	354.389	266.443
<b>Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis</b>	<b>323.791</b>	<b>114.138</b>
<b>Resultado dos Trimestres Ajustados (Reapresentado)</b>	<b>1.586.849</b>	<b>1.584.219</b>

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	30/09/2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
<b>Controladas e Controladas em Conjunto</b>			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Ganhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia - EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
TAESA	Proporcional	-	32,27
Alterosa	Proporcional	-	36,23
Alvorada	Proporcional	-	74,50
Light Ger	Proporcional	-	49,00
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
GASMIG	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	25,53	-
Light SESA	Integral	-	25,53
Light Energia	Integral	-	25,53
Light Esco	Integral	-	25,53
Light Ger	Integral	-	13,02
Light Hidro	Integral	-	25,53
Instituto Light	Integral	-	25,53
Itaocara Energia	Integral	-	25,53
Lightcom	Integral	-	25,53
Axiom	Proporcional	-	13,02
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	Proporcional	37,99	-
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	Integral	-	30,39
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia - EBTE	Proporcional	-	19,37
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	Proporcional	41,49	-
Empresa Santos Dumont de Energia - ESDE	Integral	-	41,49
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	Proporcional	13,37	-
Axiom	Proporcional	49,00	-



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	92.941	111.056	9.442	21.817
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	3.707.593	4.104.763	422.625	634.373
Notas do Tesouro Nacional	149.090	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	50.561	90.211	15	170
Letras do Tesouro Nacional	25.848	7.284	23	180
Outros	152.802	111.645	250	164
	<u>4.085.894</u>	<u>4.313.903</u>	<u>422.913</u>	<u>634.887</u>
	<b>4.178.835</b>	<b>4.424.959</b>	<b>432.355</b>	<b>656.704</b>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de Caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (que varia entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

#### 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante e Não Circulante	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Fornecimento Faturado	1.985.670	1.969.213	46.071	51.114
Fornecimento não Faturado	791.995	464.305	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	68.319	398.098	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(512.936)	(392.470)	(46.071)	(51.114)
	<u>2.333.048</u>	<u>2.439.146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.239.397</b>	<b>2.277.907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>93.651</b>	<b>161.239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os critérios para constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais; (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos: há mais de 90 dias, para consumidores residenciais; mais de 180 dias, para consumidores comerciais e mais de 360 dias, para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	243.970	222.093	3.832	3.806
PIS-PASEP	19.552	21.894	1	-
COFINS	90.841	101.785	4	-
Outros	4.243	11.255	2.566	4.402
	<u>358.606</u>	<u>357.027</u>	<u>6.403</u>	<u>8.208</u>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	81.640	70.408	426	426
PIS-PASEP/COFINS	27.271	44.792	-	-
	<u>108.911</u>	<u>115.200</u>	<u>426</u>	<u>426</u>
	<u><b>467.517</b></u>	<u><b>472.227</b></u>	<u><b>6.829</b></u>	<u><b>8.634</b></u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das Transmissoras, cujos Contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que, por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil, foram permitidas a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados dentro do período de 12 meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	663.596	400.518	-	-
Contribuição Social	234.060	129.807	-	-
	<u>897.656</u>	<u>530.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	119.895	106.317	116.254	100.054
Contribuição Social	26.022	11.415	25.753	11.415
	<u>145.917</u>	<u>117.732</u>	<u>142.007</u>	<u>111.469</u>
	<u><b>1.043.573</b></u>	<u><b>648.057</b></u>	<u><b>142.007</b></u>	<u><b>111.469</b></u>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações, em 2010, que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados nos exercícios, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	105.150	93.571	-	5.259
Provisões	134.382	151.263	59.706	94.204
Obrigações Pós-Emprego	358.422	334.031	18.033	15.951
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	194.881	139.730	15.768	16.078
Ágio na incorporação de controlada	6.352	-	-	-
Instrumentos Financeiros	54.177	51.031	-	-
Variação Cambial	124.312	118.320	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	44.111	23.480	-	-
Ajustes das novas normas contábeis e Outros	123.684	196.349	858	1.234
	<b>1.145.471</b>	<b>1.107.775</b>	<b>94.365</b>	<b>132.816</b>

(1) Referente a Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2010	165.558	8.349
2011	246.034	21.378
2012	188.714	24.369
2013	179.761	24.369
2014 a 2015	176.802	14.101
2016 a 2017	141.145	900
2018 e 2019	47.458	899
	<b>1.145.472</b>	<b>94.365</b>

A Controladora possui, em 30 de setembro de 2010, créditos tributários não reconhecidos em suas informações contábeis intermediárias, no montante de R\$389.532 (R\$427.703 em 31 de dezembro de 2009), que referem-se, basicamente, a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no primeiro trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 9). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$388.485.

#### b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/9/2010	30/9/2009	30/9/2010	30/9/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.257.009	2.465.880	1.675.968	1.636.667
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(767.383)	(838.399)	(569.829)	(556.467)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	-	-	455.142	466.052
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.612)	(4.986)	(937)	(245)
Incentivo Fiscal	20.472	16.062	1.340	148
Créditos Fiscais não Reconhecidos	18.828	-	19.865	81
Amortização de Ágio	(7.794)	(5.560)	(8.821)	(5.560)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(1.471)	(11.423)	(1.471)	-
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	1.709	-	-
Outros	72.801	(39.064)	15.593	535
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva</b>	<b>(670.159)</b>	<b>(881.661)</b>	<b>(89.118)</b>	<b>(95.455)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>29,69%</b>	<b>35,75%</b>	<b>5,32%</b>	<b>5,83%</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(648.376)</b>	<b>(759.874)</b>	<b>(75.247)</b>	<b>(83.599)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>(21.784)</b>	<b>(121.787)</b>	<b>(13.871)</b>	<b>(11.856)</b>

## Adesão da Light SESA ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Controlada indireta, Light SESA, aprovou a adesão desta ao programa de redução e parcelamento de tributos, conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial incluído no Refis foi de R\$585.639. O parcelamento efetivo, após a consolidação dos débitos efetuada em junho de 2011, resultará em desembolsos futuros de caixa no montante total de R\$215.824. O restante do saldo foi compensado com prejuízos fiscais.

## 8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Trabalhista</b>	204.587	193.406	48.531	28.169
<b>Obrigações Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	13.714	13.714	-	-
PASEP/COFINS	493.858	296.794	-	-
Outros	112.590	71.425	78.471	61.465
<b>Outros</b>	148.463	118.026	67.678	63.706
	<b>973.212</b>	<b>693.365</b>	<b>194.680</b>	<b>153.340</b>

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota explicativa nº 15.

## 9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC, foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois Aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro Aditivos, respectivamente; (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do terceiro Aditivo.

### a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor, existente em 31 de dezembro de 2004, e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes, em 30 de setembro de 2010, a R\$4.795.729 (R\$4.329.078 em 31 de dezembro de 2009).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª, no valor de R\$97.232, a valores de 30 de setembro de 2010.

A amortização do débito é feita, prioritariamente, pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja

suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros extraordinários sobre capital próprio. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do Contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de setembro de 2010, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do Contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011.

A assinatura do Quarto Aditivo Contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social. Neste são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser, também, atendidas, anualmente, sendo as principais, conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações, também, conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

A Assembleia Geral Extraordinária, em 05 de maio de 2010, autorizou que o índice requerido para o exercício de 2010, no que se refere a cláusula restritiva “investimentos de capital e aquisição de ativos/Lajida”, fosse equivalente a 90%, tendo em vista o programa de investimentos da Companhia previsto para o ano. Dessa forma, nenhuma das cláusulas restritivas para o ano de 2010 foi descumprida.

#### **b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)**

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC, no terceiro trimestre de 2010, é como segue:

	Consolidado e Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.823.644</b>
Atualização monetária das quotas seniores	70.676
Atualização monetária das quotas subordinadas	40.411
Amortização das quotas seniores	(157.043)
Aporte nas quotas subordinadas	14.501
<b>Saldo em 30 de setembro de 2010</b>	<b>1.792.189</b>
<b>Composição do FIDC em 30 de setembro de 2010</b>	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	864.639
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	921.511
- Dividendos retidos pelo Fundo	6.039
	927.550
<b>TOTAL</b>	<b>1.792.189</b>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos, em 29 de junho de 2010, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$67.399. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$14.501 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$80.167 das cotas seniores somente foi efetivada em 1º de julho de 2010.

Encontram-se registrados, no Passivo Circulante, os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2009. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$103.691 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$67.399 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.



### c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos, devidos ao Governo do Estado, não sejam suficientes para amortização das parcelas, as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas apresentam o saldo do FIDC, integralmente registrado na CEMIG, sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante e não Circulante. Da mesma forma, na Consolidação, a atualização monetária do FIDC foi, integralmente, reconhecida como uma receita financeira e, em contrapartida, foi registrado, como encargos de dívida, o valor da atualização monetária das quotas seniores.

## 10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	31/12/2009
Concessões de Distribuição	2.403.930	2.122.755
Concessões de Gás	225.594	40.095
Concessões de Transmissões Novas	4.912.049	2.837.558
Concessões de Transmissões Antigas	747.645	730.227
	<b>8.289.218</b>	<b>5.730.635</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>604.579</b>	<b>222.173</b>
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>7.684.639</b>	<b>5.508.462</b>

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

## 11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora	
	30/09/2010	31/12/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto		
Cemig Geração e Transmissão	5.266.849	4.570.432
Cemig Distribuição	2.442.555	2.094.605
Light	796.485	426.031
Cemig Telecom	287.366	276.043
GASMIG	467.738	435.876
Rosal Energia	137.951	124.331
Sá Carvalho	124.899	108.565
Horizontes Energia	72.979	67.154
Usina Térmica Ipatinga	38.162	31.699
Cemig PCH	92.843	81.164
Cemig Capim Branco Energia	39.289	13.881
Companhia Transleste de Transmissão	26.464	23.157
UTE Barreiro	8.523	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	14.397	12.707
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	486	486
Companhia Transirapé de Transmissão	11.880	10.500
Transchile	21.074	27.627
Efficientia	9.548	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	6.781	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.853	17.064
Cemig Trading	36.407	35.053
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	72.376	59.298
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	145.518	113.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	28.038	21.947
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	320.553	267.762
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	21.304	17.410
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.465	2.574
Cemig Serviços	59	99
	<u>10.510.842</u>	<u>8.855.886</u>
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	23.484	27.628
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	61.033	63.253
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	91.439	94.539
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	22.148	22.900
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	357.275	370.274
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	14.259	14.792
Ágio na Aquisição de Participação na Light	333.401	-
Em Outros Investimentos	3.502	-
	<u>906.541</u>	<u>593.386</u>
	<b><u>11.417.383</u></b>	<b><u>9.449.272</u></b>

a) As principais informações, sobre as investidas, são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2010			Janeiro a setembro de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.266.849	159.156	823.750
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.442.555	118.159	466.109
Light	203.934.060	25,53	2.225.822	3.056.350	363.003	519.847
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.366	8.200	19.588
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	137.951	-	13.620
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	124.899	-	16.334
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	847.505	55.012	112.634
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	72.979	-	5.825
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	38.162	-	6.454
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	92.843	-	11.679
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	39.289	-	25.408
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	105.856	9.190	13.227
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	11.918	8.523	-	(6.671)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	59.987	7.409	7.042
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	117.641	6.267	5.632
Transchile	33.340.000	49,00	66.951	43.008	-	(4.632)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	9.548	-	2.971
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.781	-	1.188
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	35.005	-	1.547
Cemig Trading	160.297	100,00	160	36.407	-	1.353
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,49	82.309	174.442	26.443	31.167
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	145.663	396.615	40.217	63.719
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	76.419	15.729	12.185
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	37,99	323.579	843.782	103.939	137.013
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	159.341	22.999	20.394
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	2.465	-	(221)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	59	-	(40)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.570.432	917.054	1.103.156
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.094.605	202.306	776.214
Light	203.934.060	13,03	2.225.822	3.269.616	432.340	588.803
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	276.043	16.019	28.229
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	124.331	22.208	21.151
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	108.565	29.603	27.404
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	789.774	23.516	84.966
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	67.154	7.918	8.335
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	31.699	8.023	8.445
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	81.164	14.826	14.284
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	13.881	33.883	33.824
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	92.628	6.896	18.459
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.584	-	3.861
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	52.946	483	10.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	4	(1)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.857	-	8.920
Transchile	33.340.000	49,00	63.226	56.381	-	(6.333)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.577	5.011	5.276
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.594	8.909	9.378
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	33.458	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	31.092	31.092
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	69.569	147.544	9.632	41.507
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	120.128	309.801	19.441	92.748
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	59.817	902	19.308
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	273.469	736.621	19.975	204.073
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	130.217	2.934	30.612
Axiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.253	-	(1.188)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	99	-	(1)

A movimentação dos Investimentos, em Sociedades Controladas, é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes / Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/09/2010
Cemig Geração e Transmissão	4.518.841	823.750	-	(159.156)	83.414	5.266.849
Cemig Distribuição	2.094.605	466.109	-	(118.159)	-	2.442.555
Light	477.622	68.819	374.420	(92.686)	(31.690)	796.485
Cemig Telecom	276.043	19.588	-	(8.200)	(65)	287.366
Rosal Energia	124.331	13.620	-	-	-	137.951
Sá Carvalho	108.565	16.334	-	-	-	124.899
GASMIG	435.876	62.163	-	(30.363)	62	467.738
Horizontes Energia	67.154	5.825	-	-	-	72.979
Usina Térmica Ipatinga	31.699	6.454	-	-	9	38.162
Cemig PCH	81.164	11.679	-	-	-	92.843
Cemig Capim Branco Energia	13.881	25.408	-	-	-	39.289
Companhia Transleste de Transmissão	23.157	3.307	-	(3.065)	3.065	26.464
UTE Barreiro	4.584	(6.671)	11.411	-	(801)	8.523
Companhia Transudeste de Transmissão	12.707	1.690	-	(1.778)	1.778	14.397
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486	-	-	-	-	486
Companhia Transirapé de Transmissão	10.500	1.380	-	(1.535)	1.535	11.880
Transchile	27.627	(4.632)	-	-	(1.921)	21.074
Efficientia	6.577	2.971	-	-	-	9.548
Central Termelétrica de Cogeração	5.594	1.188	-	-	(1)	6.781
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.064	1.547	1.262	-	(2.020)	17.853
Cemig Trading	35.053	1.353	-	-	1	36.407
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	59.298	12.931	1.344	(6.423)	5.226	72.376
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	113.666	23.378	-	(14.555)	23.029	145.518
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	21.947	4.470	-	(5.771)	7.392	28.038
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	267.762	52.051	6.163	(37.782)	32.359	320.553
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	17.410	2.727	-	(3.075)	4.242	21.304
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.574	(221)	-	-	112	2.465
Cemig Serviços	99	(40)	-	-	-	59
	<b>8.855.886</b>	<b>1.617.178</b>	<b>394.600</b>	<b>(482.548)</b>	<b>125.726</b>	<b>10.510.842</b>

#### a) Participação na Light

Foi apurado na aquisição da Light, um valor de menos valia de concessão correspondente à diferença entre o valor pago pela Rio Minas Energia (“RME”) e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961, sendo que a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão R\$76.162 foi incorporado ao patrimônio da Companhia após a cisão da RME, e está apresentado nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas como Passivo não Circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

#### b) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

Mais valia de ativos nas aquisições de participações das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia de concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da

Concessão. A amortização da mais valia desses ativos que possuem vida útil definida ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

### **c) Fechamento da operação de compra de ações da LIGHT**

Foi realizado, em 25 de março de 2010, o pagamento referente à aquisição, pela CEMIG de 25.494.500 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões (“AGC”), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela CEMIG referente à compra das ações, foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação. Valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pela Taxa CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e da dedução dos dividendos de R\$2,12, por ação, declarados pela Light na Assembleia Geral Ordinária, concluída em 24 de março de 2010.

Adicionalmente, também está prevista, no Contrato, a cessão das ações adquiridas a uma afiliada da CEMIG ou a terceiros.

A Companhia apurou mais valia de ativos, nesta operação, no valor de R\$344.098, decorrente da mais valia da concessão.

A Companhia exerceu em 24 de março de 2010, opção de compra adicional de ações da Light, de 26.576.149 ações ordinárias, representando 9,77% do capital votante desta Companhia conforme demonstrado na Nota Explicativa 30.

### **d) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA**

A Cemig GT realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de ações e units, em poder dos minoritários, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica. A operação culminou na aquisição de 24,42% das ações, até então em posse dos acionistas minoritários, equivalentes a 56,69% do capital total da TAESA, pelo montante de R\$1.001.851. R\$15,57 por ação.

Foi apurado uma diferença entre o preço de aquisição e o valor contábil da participação de R\$523.367, correspondente à mais valia do ativo financeiro a ser recebido no prazo previsto da concessão pelo regulador. A amortização da mais valia de ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Cemig GT, juntamente com o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu

à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

#### e) Aquisição de participação acionária – Ativas Data Center S.A.

Em 8 de julho de 2010, a Cemig Telecomunicações S.A. assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Ativas Participações S.A., visando a compra de 9.804.900 ações ordinárias, representativas de 49% do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A, cujo objetivo social é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e site-backup, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet, estando construindo para tanto um Data Center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações. O investimento inicial foi de R\$6.753 mil, equivalente a 6.753.615 ações ordinárias.

#### g) Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Cemig Geração e Transmissão adquiriu da Light.S.A, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 representando 25.939.013 ações ordinárias do Capital Social da Lightger, adquirida pelo seu valor contábil, portanto, não foi apurado mais valia de ativos na operação.

## 12. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>18.521.614</b>	<b>(11.439.460)</b>	<b>7.082.154</b>	<b>7.010.067</b>
Terrenos	413.976	-	413.976	387.940
Reservatórios, Barragens e Adustras	7.872.914	(4.802.072)	3.070.842	3.054.603
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.310.769	(1.439.190)	871.579	712.004
Máquinas e Equipamentos	7.853.474	(5.147.892)	2.705.582	2.849.394
Veículos	25.278	(13.907)	11.371	1.558
Móveis e Utensílios	45.203	(36.399)	8.804	4.568
<b>Em Curso</b>	<b>1.060.635</b>	<b>-</b>	<b>1.060.635</b>	<b>1.292.856</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>19.582.249</b>	<b>(11.439.460)</b>	<b>8.142.789</b>	<b>8.302.923</b>

## Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2009	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2010
<b>Em Serviço</b>	<b>7.010.067</b>	<b>435.223</b>	<b>(19.484)</b>	<b>(343.652)</b>	<b>7.082.154</b>
Terrenos	387.940	26.045	(9)	-	413.976
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.054.603	136.112	(4.622)	(115.251)	3.070.842
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	712.004	199.109	(1.771)	(37.763)	871.579
Máquinas e Equipamentos	2.849.394	55.678	(13.020)	(186.470)	2.705.582
Veículos	1.558	12.065	(62)	(2.190)	11.371
Móveis e Utensílios	4.568	6.214	-	(1.978)	8.804
<b>Em Curso</b>	<b>1.292.856</b>	<b>(231.271)</b>	<b>(950)</b>	<b>-</b>	<b>1.060.635</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>8.302.923</b>	<b>203.952</b>	<b>(20.434)</b>	<b>(343.652)</b>	<b>8.142.789</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Alguns Terrenos e Edificações das Controladas registradas como Ativo Imobilizado, Administração, foram dados em garantia de Processos Judiciais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$7.268, em 30 de setembro de 2010.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 30 de setembro de 2010 são as seguintes:

<b>Geração</b>	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
<b>Administração e outras</b>	12,69%
<b>Telecomunicações</b>	6,72%



### 13. INTANGÍVEL

Controladora	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	12.465	(12.460)	5	873
Com Vida Útil Definida	12.465	(12.460)	5	873
- Direito de uso de softwares	2.950	(2.949)	1	30
- Marcas e Patentes	5	(1)	4	4
- Cemig Telecom SA	9.510	(9.510)	-	839
Em Curso	862	-	862	671
- Ativos em formação	862	-	862	671
<b>Intangível Líquido - Controladora</b>	<b>13.327</b>	<b>(12.460)</b>	<b>867</b>	<b>1.544</b>

Consolidado	30/09/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	32.437	(1.912)	30.525	20.006
Concessão onerosa	31.974	(7.432)	24.542	25.329
Ativos da concessão	8.595.831	(5.915.010)	2.680.821	2.291.916
Outros	153.029	(126.071)	26.958	166.741
	<b>8.813.271</b>	<b>(6.050.425)</b>	<b>2.762.846</b>	<b>2.503.992</b>
Em formação	1.691.707	-	1.691.707	1.201.275
	<b>10.504.978</b>	<b>(6.050.425)</b>	<b>4.454.553</b>	<b>3.705.267</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	31/12/2009	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	30/09/2010
Servidão	20.006	19.466	-	(717)	(8.230)	30.525
Concessão onerosa	25.329	-	-	(787)	-	24.542
Ativos da concessão	2.291.916	130.992	(14.322)	(341.804)	(614.039)	2.680.822
Outros	166.741	16.654	-	(3.582)	(152.856)	26.957
Ativos em formação	1.201.275	361.112	-	-	129.320	1.691.707
	<b>3.705.267</b>	<b>528.224</b>	<b>(14.322)</b>	<b>(346.890)</b>	<b>582.274</b>	<b>4.454.553</b>

Os Ativos Intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que são baseados na vida útil dos ativos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

## 14. FORNECEDORES

	Consolidado	
	IFRS	
	30/09/2010	31/12/2009
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	153.919	148.645
Furnas	19.071	55.540
CCEE	66.398	36.276
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	24.871	-
Outros	452.572	277.899
	716.831	518.360
Materiais e Serviços	276.802	333.835
	<b>993.633</b>	<b>852.195</b>

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	Consolidado		Controladora	
	IFRS		BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
ICMS	303.038	293.189	18.091	18.091
COFINS	66.516	60.083	11.819	9.931
PASEP	19.702	16.717	2.566	2.156
INSS	19.154	19.397	1.621	1.522
Outros	50.854	30.105	959	1.138
	<b>459.264</b>	<b>419.491</b>	<b>35.056</b>	<b>32.838</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	568.956	267.561	-	-
PASEP	123.522	58.089	-	-
Outros	45.869	977	-	-
	<b>738.347</b>	<b>326.627</b>	-	-
	<b>1.197.611</b>	<b>746.118</b>	<b>35.056</b>	<b>32.838</b>

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	415.751	91.548	37.969	-
Contribuição Social	137.909	35.560	10.161	-
	<b>553.660</b>	<b>127.108</b>	<b>48.130</b>	-
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	648.596	737.398	-	-
Contribuição Social	233.494	251.233	-	-
	<b>882.090</b>	<b>988.631</b>	-	-
	<b>1.435.750</b>	<b>1.115.739</b>	<b>48.130</b>	-

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10 em 1 de janeiro de 2009.

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2010			31/12/2009
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
ABN AMRO Bank – N. (2)	2013	6	US\$	22.247	42.355	64.602	87.205
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	10.134	45.795	55.929	66.775
Tesouro Nacional	2024	Libor + Spread	US\$	3.895	17.417	21.312	13.010
Banco InterAmericano del Desarrollo	2026	2,12	US\$	1.491	34.414	35.905	31.583
Outros	Diversos	Diversas	Diversas	14.597	13.615	28.212	52.693
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>52.364</b>	<b>153.596</b>	<b>205.960</b>	<b>251.266</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	329.645	582.000	911.645	884.836
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	34.310	69.305	103.615	112.767
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	5.646	126.000	131.646	133.978
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	54.199	1.200.000	1.254.199	1.219.007
Banco do Brasil S.A. (6)	2013	10,83 *	R\$	21.675	600.000	621.675	-
Banco do Brasil S.A. (6)	2013	11,58 **	R\$	(2.909)	(7.455)	(10.364)	-
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	91.597	182.227	273.824	311.459
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	56.032	-	56.032	54.427
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.933	50.974	77.907	102.460
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.035	113.189	121.224	124.159
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	116.070	227.848	343.918	392.289
Bradesco S.A.	2010	113,00 do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	21.029	238.816	259.845	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (4) (5)	2031	IGP-M	R\$	-	40.476	40.476	37.053
Debêntures (4)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	11.099	324.052	335.151	318.699
Debêntures (4)	2017	IPCA + 7,96	R\$	28.631	459.212	487.843	445.946
Debêntures (4) (6)	2012	CDI+ 0,90 ( * )	R\$	114.720	1.565.992	1.680.712	-
Debêntures (4) (6)	2012	0,1051 (***)	R\$	(1.568)	(475)	(2.043)	-
Debêntures (4) (6)	2015	IPCA + 7,68 ( * )	R\$	62.771	1.169.907	1.232.678	-
Debêntures (4) (6)	2015	0,042 (***)	R\$	(482)	(1.643)	(1.225)	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50 UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	12.513	27.111	39.624	48.265
ELETROBRÁS	2023		R\$	56.604	280.740	337.344	353.341
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	21.192	39.837	61.029	80.656
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	121.627	167.201	288.828	318.878
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	20.975	36.794	57.769	78.547
Banco o Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851
Itaú e Bradesco (3)	2015	CDI + 1,70	R\$	154.390	710.249	864.639	951.006
Debêntures IV (4)	2015	TJLP + 4,00	R\$	5	18	23	1.063
Debêntures V (4)	2014	CDI + 1,50	R\$	22.613	208.978	231.591	124.539
Debêntures VI (4)	2011	115% do CDI	R\$	79.076	-	79.076	38.890
BNDES-FINEM	2019	TJLP	R\$	24.830	104.211	129.041	71.554
CCB Bradesco S.A	2017	CDI + 0,85	R\$	11.143	114.896	126.039	59.738
BNDES	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	175.709	175.709	134.660
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	-	175.735	175.735	161.824
BNDES - Repasse	2033	TJLP	R\$	-	213.867	213.867	108.562
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D	2022	Diversas	R\$	21.910	88.802	110.712	273.913
CEF S.A	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.390	61.236	67.626	64.170
CEF S.A	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.241	49.356	54.597	56.122
CEF S.A	2022	TJLP + 3,50	R\$	8.776	85.297	94.073	88.957
BNDES	2018	Diversas	R\$	65.338	422.990	488.328	303.833
Sindicato de Bancos	2010	113 do CDI	R\$	-	-	-	180.472
BNDES	2016	TJLP + 3,12	R\$	38	162.266	162.304	123.052
BNDES	2024	TJLP+2,56	R\$	8.089	92.185	100.274	-
DEBÊNTURES (4)	2012	TJLP	R\$	16.565	31.963	48.528	-
DEBENTURES(4)	2015	CDI+1,30	R\$	4.815	195.412	200.227	-
DEBENTURES(4)	2015	IPCA+7,91	R\$	1.841	143.001	144.842	-
BNDES	2025	TJLP+2,15	R\$	1.966	39.335	41.301	-
BNDES	2015	TJLP+5,5	R\$	11.829	48.233	60.062	-
Outros	2025	Diversas	R\$	41.480	265.487	306.967	184.988
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.696.679</b>	<b>10.881.334</b>	<b>12.578.013</b>	<b>11.041.681</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.749.043</b>	<b>11.034.930</b>	<b>12.783.973</b>	<b>11.292.947</b>

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº 9;
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural
- (5) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações das novas práticas contábeis;
- (6) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08.

- \* Taxa contratual:  
 \*\* Taxa interna de retorno incluindo do custo de transação  
 \*\*\* Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	20.200	34.534	31.934	28.851	5.014	2.406	4.719	61.599	189.257
Euro	896	4.097	2.810	1.524	1.524	1.524	1.524	-	13.899
UMBNDDES ( ** )	90	316	317	316	316	316	633	500	2.804
	<b>21.186</b>	<b>38.947</b>	<b>35.061</b>	<b>30.691</b>	<b>6.854</b>	<b>4.246</b>	<b>6.876</b>	<b>62.099</b>	<b>205.960</b>
<b>Indexadores</b>									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	80.883	12.053	115.032	493.783	433.640	599.020	306.141	-	2.040.552
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	14.090	56.894	53.437	47.785	46.407	40.104	54.013	25.376	338.106
Certificado Depósito Interbancário – CDI	859.741	1.143.950	2.830.644	1.187.743	753.730	249.256	39.483	-	7.064.547
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	3.128	12.512	12.513	11.470	-	-	-	-	39.623
URTJ ( * )	60.947	186.434	217.242	223.071	240.823	225.660	272.323	559.489	1.985.989
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	13.523	5.698	5.771	5.773	329.783	4.603	2.615	47.802	415.568
UMBNDDES ( ** )	2.582	9.763	10.312	10.916	11.480	11.960	8.096	115	65.224
Outros (IGP-DI, INPC-TR) ( *** )	3.401	-	396	805	9.343	347	801	195	15.288
Sem Indexador	22.145	39	769	590.116	-	47	-	-	613.116
	<b>1.060.440</b>	<b>1.427.343</b>	<b>3.246.116</b>	<b>2.571.462</b>	<b>1.825.206</b>	<b>1.130.997</b>	<b>683.472</b>	<b>632.977</b>	<b>12.578.013</b>
	<b>1.081.626</b>	<b>1.466.290</b>	<b>3.281.177</b>	<b>2.602.153</b>	<b>1.832.060</b>	<b>1.135.243</b>	<b>690.348</b>	<b>695.076</b>	<b>12.783.973</b>

- ( \* ) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.  
 ( \*\* ) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.  
 ( \*\*\* ) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.  
 INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Percentual no Trimestre findo em 30/09/2010	Variação Percentual Acumulada em 2010	Indexadores	Variação Percentual no Trimestre findo em 30/09/2010	Variação Percentual Acumulada em 2010
Dólar Norte-americano	(5,96)	(2,70)	IGP-M	2,09	7,89
Euro	4,81	(7,85)	FINEL	0,41	1,54
			CDI	2,57	6,97
			UMBNDDES	(5,39)	(1,58)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>11.292.947</b>
Aquisição de Controladas em Conjunto – Saldo inicial	695.731
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.372.710
Variação monetária e cambial	131.091
Custos de Transação	(15.758)
Custos a apropriar	(286)
Amortização do Custo de Transação	3.716
Encargos Financeiros Provisionados	791.682
Encargos Financeiros Pagos	(481.810)
Encargos Capitalizados	2.166
Ajuste a Valor Presente	(7.535)
Amortização de Financiamentos	(4.000.681)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2010</b>	<b>12.783.973</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

### Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 30 de setembro de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2010.

## 17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	43.730	36.716
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	53.179	12.341
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.945	36.306
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.742	3.703
Eficiência Energética	203.763	185.857
Pesquisa e Desenvolvimento	214.839	175.209
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.794	2.731
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.594	6.838
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	3.285	15.629
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	17.154	-
	<b>588.232</b>	<b>476.537</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>337.138</b>	<b>324.234</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>251.094</b>	<b>152.303</b>

## 18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria)

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar, aos seus associados e participantes e aos respectivos dependentes destes, complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao Plano Previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos Planos, em 31 de dezembro de 2004, foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D, em função da alocação dos empregados em cada uma destas Empresas.

A FORLUZ disponibiliza, aos seus participantes, os seguintes Planos de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras a este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no Resultado do exercício, em conformidade com os pagamentos feitos pelas Patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.767.140, em 31 de dezembro de 2009, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido - Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração, realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm, ainda, de modo independente dos Planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um Plano de saúde e um Plano odontológico para os empregados, aposentados e respectivos dependentes destes, administrados pela FORLUZ.

### **Separação do Plano de Saúde**

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da Gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no Plano de saúde, não inscritos, concomitantemente, nos Planos Previdenciários. Visando resguardar os interesses dos participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais Planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O processo de separação do Plano de Saúde foi concluído em setembro de 2010, dessa forma, a partir de 1º de outubro, o Plano de Saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

### **Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Contábeis Intermediárias**

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.



Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$872.288 em 30 de setembro de 2010 (R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas Cemig GT e Cemig D, e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

#### **Fundo de Pensão BRASLIGHT**

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria, aos empregados da Companhia vinculados à Fundação, e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui três planos: A, B e C, implantados em 1975, 1984 e 1998, respectivamente, tendo o plano C recebido migração, dos demais planos, de, aproximadamente, 96% dos participantes ativos.

Nos planos A e B, os Benefícios são do tipo Definido. No plano C, que é do tipo Misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo Contribuição Definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo Definido.

Em 02 de outubro de 2001, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou Contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, relativamente aos Planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais, a partir de julho de 2001,

atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$963.108 em 30 de setembro de 2010 (R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009). O efeito no Consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25,53% deste valor, conforme Consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas, no Passivo Líquido, são as seguintes:

Consolidado	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	903.516	545.635	28.199	407.033
Despesa Reconhecida no Resultado	70.571	46.502	1.989	35.415
Contribuições Pagas	(101.799)	(35.116)	(528)	(7.634)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2010	<b>872.288</b>	<b>557.021</b>	<b>29.660</b>	<b>434.814</b>

Controladora	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	44.629	24.353	1.318	21.245
Despesa Reconhecida no Resultado	621	4.827	208	2.205
Contribuições Pagas	(5.095)	(1.816)	(30)	(388)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2010	<b>40.155</b>	<b>27.364</b>	<b>1.496</b>	<b>23.062</b>

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

## 19. PROVISÕES

A CEMIG e suas Controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora:

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados após o desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2010
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	102.358	31.150	(18.422)	115.086
<b>Cíveis</b>				
Danos Pessoais	26.585	3.768	(10.260)	20.093
Majoração Tarifária	70.023	193.693	(235.703)	28.013
Ambiental	9.076	(3.408)	(171)	5.497
Outras	129.914	49.513	(65.954)	113.473
<b>Fiscais</b>				
FINSOCIAL	21.533	200	-	21.733
PIS/COFINS	2.020	2.768	-	4.788
ICMS	15.165	44.026	(25.702)	33.489
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.493	6.179	(91.487)	185
INSS	9.071	8.171	-	17.242
Outras	16.978	11.680	(15.425)	13.233
<b>Regulatórios</b>				
Processos Administrativos da ANEEL	73.811	12.540	(1.504)	84.847
<b>Total</b>	<b>562.027</b>	<b>360.280</b>	<b>(464.628)</b>	<b>457.679</b>

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2010
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	72.890	5.324	(17.245)	60.969
<b>Cíveis</b>				
Danos Pessoais	19.724	3.614	(7.681)	15.657
Majoração Tarifária	55.036	-	(38.712)	16.324
Outras	88.567	-	(46.377)	42.190
<b>Fiscais</b>				
FINSOCIAL	21.533	200	-	21.733
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.308	6.179	(91.487)	-
INSS	1.148	57	-	1.205
Outras	15.702	10.357	(12.995)	13.064
<b>Regulatórios</b>				
Processos Administrativos da ANEEL	24.003	2.193	-	26.196
<b>Total</b>	<b>383.911</b>	<b>27.924</b>	<b>(214.497)</b>	<b>197.338</b>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

**(b) Reclamações Cíveis - Majoração Tarifária**

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa, durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal, denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele Plano. A CEMIG estima os valores, a serem provisionados, com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$80.248 sendo que a perda considerada como mais sim do que não que exista na data do balanço foi integralmente provisionada no valor de R\$28.013 (R\$14.611 em 31 de dezembro de 2009).

Em maio de 2010, a Companhia firmou um acordo referente à ação ajuizada por um consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio desse acordo, a Companhia concordou em pagar ao consumidor um montante de R\$177.592, sendo R\$92.592 compensados com faturas em aberto e R\$85.000 a serem pagos por dedução das próximas faturas relativas ao fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios. O valor de R\$177.592 foi integralmente reconhecido no resultado do período.

Em função do acordo mencionado, os valores provisionados e ainda não compensados com faturas de energia, no montante de R\$76.141, passaram a ser efetivamente um Contas a Pagar da Companhia e foram transferidos para a rubrica de outros passivos de curto prazos.

**(c) ICMS**

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda mais provável que sim do que não na data do balanço, estando provisionado o montante de R\$25.113.

(d) Impostos e Contribuições - Exigibilidade Suspensa

A CEMIG possuía provisão constituída de R\$86.437 referente à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG teve a liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, cassada em abril de 2010 e efetuou o recolhimento no montante de R\$91.487 em 21 de maio de 2010. A Companhia impetrou medida cautelar para recorrer dessa decisão.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light, em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da Contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de Contribuição Previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que, também, alterou a base de cálculo das Contribuições Previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de Contribuição Previdenciária por parte da Empresa.

A expectativa de perda nas ações mencionadas, considerada mais provável que sim do que não na data do balanço, e integralmente provisionada, referentes às ações movidas pelo INSS, representa o montante de R\$16.035 (R\$16.562 em 31 de dezembro de 2009).

(f) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e, também, o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente à perda, que considera como mais provável que sim do que não na data do balanço, no montante atualizado de R\$53.582.

(g) Outros

No que se refere às ações cíveis, são, basicamente, reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente, por acidentes sofridos em decorrência dos

negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão, em 30 de setembro de 2010, representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Entre as causas cíveis, destaca-se a Ação Indenizatória, ocasionada por incêndio em pastagem de propriedade rural, decorrente do rompimento de cabo de energia elétrica. A perda considerada mais provável que sim do que não na data do balanço, no montante de R\$13.71,4 encontra-se integralmente provisionada.

(h) Ações com avaliação de perda mais provável que não exista uma obrigação presente na data das Informações Contábeis Intermediárias

A CEMIG e as Controladas discutem, em juízo, outras ações para as quais consideram ser mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(I) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$337.003, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de Imposto de Renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de Imposto de Renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios Pós-emprego. As obrigações Pós-emprego adicionais, que resultaram das alterações na forma de contabilização, foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social.

A CEMIG apresentou um Recurso Administrativo, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Esta decisão desfavorável implicaria a redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrada como crédito tributário, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera a expectativa de perda, nesta ação, como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais,

pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de setembro de 2010, de R\$306.619 (R\$298.220 em 31 de dezembro de 2009). Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda, nesta ação, como remota.

#### (II) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante em 30 de setembro de 2010 é R\$210.480 (R\$198.375 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

#### (III) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG, afirmando que a Companhia deve R\$945.067 (R\$1.157.078 em 31 de dezembro de 2009) ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, que foram, previamente, utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão. A expectativa de perda, nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (IV) Obrigações Previdenciárias e Fiscais - Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, correspondente ao montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não

efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor, por se considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, decidiu-se impetrar mandados de segurança que permitiram o depósito judicial, no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$172.192, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios (Nota 12). A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

Em setembro de 2006, a CEMIG foi notificada pelo INSS, em função do não recolhimento da Contribuição Previdência sobre os valores pagos a título de Participação nos Resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$128.011 (R\$121.639 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia recorreu da decisão na esfera administrativa. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito à defesa. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (V) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação seria de R\$128.328, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Decreto nº 45.358 de, 04 de maio de 2010, reconhecendo, em decorrência disso, uma provisão no montante de R\$25.702.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$49.748 (R\$49.349 em 31 de dezembro de 2009). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor



do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (VI) Contingência regulatória - CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado atacadista de energia, durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no Mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$106.364 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (VII) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo, em função da construção e operação da Usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.196.469 (R\$1.080.756 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (VIII) Reclamações Cíveis - Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG, contestando Reajustes Tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda; a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário, utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica, em abril de 2003, e solicitando o reembolso, em dobro, dos montantes considerados

cobrados, erroneamente, pela Companhia. O processo foi julgado improcedente em agosto de 2010 e a causa foi baixada, conforme expectativa dos advogados da Companhia.

A Companhia é ré em processos, questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados, referentes à contribuição de Iluminação Pública, no valor total de R\$1.031.678 (R\$1.654.132 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

Por meio de ação popular, questionando o Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução, aos cofres públicos, dos valores pagos aos Prestadores de Serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.852.648. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada como mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

#### (IX) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais, discutindo a incidência do PIS e da COFINS nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foram questionadas as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF, foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica Despesa Financeira.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança, expedida pela Receita Federal, em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal, por parte do Fisco Federal, dentro do prazo legal. Foi obtida liminar, suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de Primeira Instância, com prognóstico de perda possível, segundo os assessores da

área Jurídica da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

(X) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio, com a Prefeitura de Belo Horizonte, relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$24.525 (R\$41.837 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda, nesta ação, é considerada remota.

(XI) Anulação de Acordo RME

Por meio de Ação Popular, foi requerida a anulabilidade da operação de aquisição do Grupo Light pela Cemig por meio da Empresa RME, da participação acionária dos demais sócios e de todas as transações subsequentes. O montante envolvido na ação é estimado em R\$2.576.689. A Empresa acredita ter argumentos de méritos para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda é considerada remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

**Ação em que a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável**

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado, no Resultado do Exercício, será de R\$183.817 (R\$181.668 em 30 de junho de 2010), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Aumento do Capital Social na Assembleia Geral ordinária e extraordinária de abril de 2010

A Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 29 de abril de 2010, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$ 3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.940 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se, aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

O Capital Social da Companhia é representado por 298.269.668 Ações Ordinárias e 384.144.914 Ações Preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

### Alteração na posição acionária da Companhia

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de 32,96% das Ações Ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“SEB”).

Em 16 de junho de 2010, conforme correspondência enviada à Companhia pela Southern Electric Brasil Participações Ltda (“SEB”), foi efetivada a alienação da participação detida pela Southern na CEMIG para a AGC Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado (“AGC Energia”), controlada da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“AGC”).

A alienação em questão se deu nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre a SEB e a AGC Energia, com a interveniência da AGC, em 12 de novembro de 2009, conforme aditado, e compreende a totalidade da participação detida pela SEB na CEMIG, ou seja, 98.321.592 ações ordinárias de emissão da CEMIG, representativas de 32,96% do capital votante e 14,41% do capital social total da CEMIG.

Ressaltamos que a referida operação não altera a composição do controle acionário nem a estrutura administrativa da CEMIG.

## 21. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	30/09/2009
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	11.098.687	10.940.613
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.115.336	845.477
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	1.224.782	759.483
Outras Receitas Operacionais (c)	499.696	438.720
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (d)	(4.501.406)	(4.156.685)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>9.437.095</b>	<b>8.827.608</b>

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

Consolidado	MWh ( * )		R\$	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Residencial	7.343.299	7.258.610	3.523.840	3.452.145
Industrial	18.149.884	16.751.048	2.949.095	2.805.934
Comércio, Serviços e Outros	4.558.053	4.553.494	1.999.329	2.025.780
Rural	1.859.940	1.654.615	472.307	418.450
Poder Público	789.045	781.589	341.066	341.481
Iluminação Pública	907.086	920.208	230.045	232.802
Serviço Público	1.009.757	995.127	294.838	292.842
Subtotal	<b>34.617.064</b>	<b>32.914.691</b>	<b>9.810.520</b>	<b>9.569.434</b>
Consumo Próprio	39.552	38.291	-	-
Subvenção de Baixa Renda (**)	-	-	99.486	107.635
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(29.057)	12.956
	<b>34.656.616</b>	<b>32.952.982</b>	<b>9.880.949</b>	<b>9.690.025</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (***)	10.098.398	9.737.282	1.093.238	1.106.045
Transações com energia na CCEE	3.971.052	2.009.456	106.054	121.215
Vendas no Proinfra	39.400	-	18.446	23.328
<b>Total</b>	<b>48.765.466</b>	<b>44.699.720</b>	<b>11.098.687</b>	<b>10.940.613</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes

(\*\*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

(\*\*\*) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

### b) Receita de Uso da Rede de Transmissão

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	30/09/2009
Receita de Uso da Rede Básica	1.147.681	662.088
Receita de Sistema de Conexão	77.101	97.395
	<b>1.224.782</b>	<b>759.483</b>

### c) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	30/09/2009
Fornecimento de Gás	291.611	234.063
Serviço Taxado	12.368	12.887
Serviço de Telecomunicações	93.053	90.076
Prestações de Serviços	53.937	41.178
Aluguel e Arrendamento	46.804	50.035
Outras	1.923	10.481
	<b>499.696</b>	<b>438.720</b>

### d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	30/09/2009
<b>Impostos sobre a Receita</b>		
ICMS	2.326.801	2.226.919
COFINS	990.182	911.029
PIS-PASEP	215.089	185.801
Outros	11.925	2.705
	<b>3.543.997</b>	<b>3.326.454</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	137.167	135.547
Programa de Eficiência Energética - PEE	32.917	28.854
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	317.478	309.524
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	373.371	288.443
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26.050	22.443
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	23.079	22.404
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	11.911	11.150
Encargos de Capacidade Emergencial	15.235	11.866
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	20.202	-
	<b>957.409</b>	<b>830.231</b>
	<b>4.501.406</b>	<b>4.156.685</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Pessoal (a)	858.094	1.040.950	29.245	25.569
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	131.879	99.163	4.477	2.706
Obrigações Pós-emprego	51.745	57.233	4.356	4.444
Materiais	89.740	84.152	282	230
Serviços de Terceiros (b)	638.594	530.387	7.139	9.676
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.678.541	2.356.066	-	-
Depreciação e Amortização	692.971	660.973	128	140
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	113.444	114.984	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	173.861	88.765	(101.861)	(30.557)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	552.682	621.103	-	-
Gás Comprado para Revenda	162.685	128.404	-	-
Custos de Construção	167.169	89.382	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	345.226	301.125	12.275	17.648
	<b>6.656.631</b>	<b>6.172.687</b>	<b>(43.959)</b>	<b>29.856</b>

a) Custos e Despesas com Pessoal	Consolidado		Controladora	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Remunerações e Encargos	772.385	804.581	22.545	15.462
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	45.058	45.963	2.861	2.155
Benefícios Assistenciais	89.732	87.926	2.492	2.038
	<b>907.175</b>	<b>938.470</b>	<b>27.898</b>	<b>19.655</b>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	-	(486)	-	(8)
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	21.992	201.389	1.347	5.922
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(71.073)	(98.423)	-	-
	<b>49.081</b>	<b>102.480</b>	<b>1.347</b>	<b>5.914</b>
	<b>858.094</b>	<b>1.040.950</b>	<b>29.245</b>	<b>25.569</b>

### Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão de 1.221 empregados. O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do Seguro de vida em grupo e Plano de saúde, pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a dezembro de 2010.

b) Serviço de Terceiros	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	96.577	88.408	-	-
Comunicação	51.830	48.239	1.647	1.174
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	143.094	90.628	49	19
Conservação e Limpeza de Prédios	33.515	30.534	29	83
Mão de Obra Contratada	38.462	31.105	31	108
Fretes e Passagens	8.230	8.980	1.245	1.692
Hospedagem e Alimentação	17.314	13.947	210	177
Vigilância	13.995	12.015	-	-
Consultoria	11.457	21.983	1.266	3.801
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	28.162	22.115	126	2
Manutenção e Conservação de Veículos	18.943	16.581	27	24
Corte e Religação	29.173	19.559	-	-
Outros	147.842	126.293	2.509	2.596
	<b>638.594</b>	<b>530.387</b>	<b>7.139</b>	<b>9.676</b>

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado IFRS	
	30/09/2010	30/09/2009
Energia de Itaipu Binacional	441.113	855.538
Energia de curto prazo	186.478	25.256
PROINFA	121.015	119.763
Contratos Bilaterais	314.555	442.957
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.758.936	1.025.935
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Livre e Parcela A	86.512	-36.328
Créditos de PASEP-COFINS	-239.554	-194.254
Outros	9.486	117.199
	<b>2.678.541</b>	<b>2.356.066</b>

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Prêmio de Aposentadoria	(8.861)	(5.003)	(395)	(217)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	75.709	108.632	-	(2.367)
Reversão de Contingências Trabalhistas	(9.335)	(3.544)	(11.921)	(4.895)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	11.037	3.175	2.193	982
(Reversão) Provisão para Contingências Jurídicas - Ações Cíveis	(53.442)	9.923	(54.184)	9.923
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	126.273	(29.227)	(38.711)	(29.227)
(Prejuízo) Lucro Inflacionário	(3.970)	249	(3.970)	249
Outras Provisões (Reversões)	36.450	4.560	5.127	(5.005)
	<b>173.861</b>	<b>88.765</b>	<b>(101.861)</b>	<b>(30.557)</b>



e) Outras Despesas Operacionais Líquidas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Arrendamentos e Aluguéis	38.641	27.694	593	571
Propaganda e Publicidade	21.019	16.310	87	227
Consumo Próprio de Energia Elétrica	7.960	11.022	-	-
Subvenções e Doações	23.766	23.376	2.754	720
Taxa de Fiscalização da ANEEL	33.870	31.542	-	-
Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação de Faixa de Domínio de Rodovias	27.114	27.304	-	-
Concessão Onerosa	16.608	8.121	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	16.003	13.064	222	89
Seguros	9.064	4.764	933	116
Contribuição CCEE	3.648	3.480	3	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	7.647	9.072	464	443
Outras Despesas	139.886	125.376	7.219	15.482
	<b>345.226</b>	<b>301.125</b>	<b>12.275</b>	<b>17.648</b>

## 23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	286.287	183.144	34.071	14.560
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	103.108	139.464	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	111.086	116.963	-	-
Variações Cambiais	43.517	118.586	2	21
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(26.254)	(27.450)	(26.410)	(26.047)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	3.638	306	-	-
Ajuste a Valor Presente	14.298	1.486	-	-
Rendas FIDC	-	-	40.410	35.966
Variação Monetária de Tributos a Compensar	79.611	51.209	5.129	10.257
Outras	40.966	36.933	7.817	3.857
	<b>656.257</b>	<b>620.641</b>	<b>61.019</b>	<b>38.614</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(791.696)	(549.177)	(5.361)	(6.823)
Variações Cambiais	(24.493)	(16.669)	(101)	(11)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(82.228)	(5.539)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(29.416)	4.230	-	-
Ajuste a Valor Presente	(547)	(10.511)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(10.594)	(80.442)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(70.572)	(70.905)	(3.482)	(3.513)
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	(47.714)	(16.932)	(35.286)	(16.352)
Outras	(122.451)	(63.737)	(2.296)	(5.611)
	<b>1.179.711</b>	<b>809.682</b>	<b>(46.526)</b>	<b>(32.310)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(523.454)</b>	<b>(189.041)</b>	<b>14.493</b>	<b>6.304</b>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>Cemig Distribuição S.A.</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	229.559	202.306	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	3	21.889	1.647	10.146	-	-	-	-
<b>Cemig Geração e Transmissão S.A.</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	186.234	917.054	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	5.715	2.671	668	-	-	-	-
<b>Light S.A.</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	92.686	56.345	-	-	-	-	-	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
Consumidores e Revendedores ( 1 )	1.500	1.700	-	-	63.495	38.863	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante ( 2 )	212.627	207.792	294.472	292.464	(1.978.454)	(1.844.119)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC ( 3 )	1.792.189	1.823.644	-	-	111.086	116.963	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante ( 2 )	64.868	65.095	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores ( 4 )	44.531	60.619	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	103.691	207.382	-	-	-	-
Debêntures ( 5 )	-	-	40.476	37.053	-	-	(3.422)	(3.193)
Fundo de Direitos Creditórios ( 6 )	-	-	864.639	951.006	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG ( 7 )	-	-	13.949	14.479	-	-	-	-
<b>Forluz</b>								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante ( 8 )	-	-	76.529	81.654	-	-	(110.297)	(95.069)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante ( 8 )	-	-	1.037.033	1.066.686	-	-	-	-
Outros	-	-	7.059	33.789	-	-	-	-
Pessoal ( 9 )	-	-	-	-	-	-	(45.058)	(45.963)
Custeio Administrativo ( 10 )	-	-	-	-	-	-	(7.647)	(9.072)
<b>Andrade Gutierrez S.A.</b>								
Luz para todos – Circulante	11.487	-	403	-	-	-	-	-
Luz para todos – Não Circulante	-	-	2.923	-	-	-	-	-
Outros Créditos ( 11 )	16.281	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
Juros sobre Capital Próprio	124.110	186.745	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	6.691	6.841	-	24	-	-	-	-

As principais condições, relativas aos negócios entre as partes relacionadas, estão descritas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele, definido pela ANEEL por meio de Resolução, referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- As operações com ICMS, registradas nas Demonstrações Contábeis, referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade com a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios, em quotas seniores e subordinadas. Vide informações na Nota Explicativa nº 9;
- Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito, originário de venda de energia, para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante, de 30 de junho de 2010 foi ajustado a valor presente, conforme Nota explicativa nº 16;
- Quotas seniores, de propriedade de Terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI, acrescido de 1,7% de juros ao ano. Vide informações na Nota Explicativa nº 9;
- Financiamentos das Controladas Transleste, Transudeste e Transirapé, com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.), e da Transleste, em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- Parte dos Contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte, reajustados, com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações na Nota Explicativa nº 18;

- ( 9 ) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais, em conformidade com o Regulamento do Fundo;
- ( 10 ) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- ( 11 ) Valor a receber do Acionista, em decorrência da renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra de Ativos de Geração da LIGHT.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de setembro de 2010 e 30 de setembro de 2009 é conforme segue:

	30/09/2010	30/09/2009
Remuneração	3.556	3.265
Participação nos Resultados	576	345
Benefícios Pós Emprego	248	-
Benefícios Assistenciais	59	81
Encargos	878	801
<b>Total</b>	<b>5.317</b>	<b>882</b>

Vide informações, referentes às principais transações realizadas, nas Notas Explicativas nºs 5, 6, 9, 16, 18 e 22.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Instrumentos financeiros	30/09/2010		31/12/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.178.835	4.178.835	4.424.959	4.424.959
Créditos com consumidores	3.051.557	3.051.557	2.806.130	2.806.130
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.792.189	1.792.189	1.823.644	1.823.644
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos	12.783.973	12.783.973	11.292.947	11.292.947
Instrumentos Derivativos	61.786	61.786	78.305	78.305

## a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivas, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/09/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	189.257	229.393
(+/-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(47.568)	8.169
	<b>141.689</b>	<b>237.562</b>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	13.899	18.722
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)		
Outros	2.804	3.151
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>158.392</b>	<b>259.435</b>

### *Análise de sensibilidade*

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2011, será de 4,36% para o Dólar (R\$1,768) e -2,61% para o Euro (R\$2,25). A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	189.257	197.509	246.886	296.264
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(47.568)	(49.642)	(62.053)	(74.463)
	<b>141.689</b>	<b>147.867</b>	<b>184.833</b>	<b>221.801</b>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)				
Euro	13.899	13.536	16.920	20.304
Outras	2.804	2.846	3.561	4.275
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>158.392</b>	<b>164.249</b>	<b>205.314</b>	<b>246.380</b>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<b>(5.857)</b>	<b>(41.065)</b>	<b>(41.066)</b>

### Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente Libor, no montante de R\$47.983, (R\$49.677 em 31 de dezembro de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009
<b>Ativos</b>		
Aplicações Financeiras (Nota 4)	4.085.894	4.313.903
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.064.547)	(8.162.927)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Nota 16)	(47.568)	8.169
	<u>(7.112.115)</u>	<u>(8.154.758)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(3.026.221)</u></b>	<b><u>(3.840.855)</u></b>

### *Análise de sensibilidade*

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 30 de setembro de 2011, será de 10,75%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 10,75%	Cenário Provável SELIC 10,75%	Cenário Possível SELIC 13,4375%	Cenário Remoto SELIC 16,125%
<b>Ativos</b>				
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	4.085.894	4.525.128	4.634.936	4.744.744
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.064.547)	(7.823.986)	(8.013.846)	(8.203.705)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(47.568)	(52.682)	(53.960)	(55.238)
	<u>(7.112.115)</u>	<u>(7.876.668)</u>	<u>(8.067.806)</u>	<u>(8.258.943)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(3.026.221)</u></b>	<b><u>(3.351.540)</u></b>	<b><u>(3.432.870)</u></b>	<b><u>(3.514.199)</u></b>
<b>Efeito Líquido da Variação da SELIC</b>	<b>-</b>	<b>(325.319)</b>	<b>(406.649)</b>	<b>(487.978)</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora

desde 2004, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

#### Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

#### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2010 essas cláusulas foram atendidas, conforme nota explicativa nº 19.

#### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada, negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

#### Risco de Liquidez

A CEMIG apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no 3º trimestre de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Companhia.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da CEMIG é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a CEMIG adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A CEMIG administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

## **b) Instrumentos Financeiros - Derivativos**

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela CEMIG e controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.



Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam uma perda, em 30 de setembro de 2010, no montante de R\$6.956 (R\$80.136 em 30 de setembro de 2009), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

#### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 30 de setembro de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
<b>Cemig Distribuição SA</b>											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$ 28.077	US\$ 28.077	(66.856)	(59.928)	(66.406)	(61.099)	-	(22.327)
<b>Madeira Energia SA</b>											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	202	466	202	466	32.232	(32.327)
						<u>(66.654)</u>	<u>(59.462)</u>	<u>(66.204)</u>	<u>(60.633)</u>	<u>32.232</u>	<u>(54.654)</u>

Adicionalmente, a Controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial. O valor líquido não realizado destas operações, em 30 de setembro de 2010, é negativo em R\$855 (R\$1.365 em 30 de setembro de 2009).

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

### Análise de sensibilidade

O Instrumento Derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta à variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI, em 30 de setembro de 2011, será de 10,75%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos Resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2010, dos cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nestes cenários, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2011 seria de 13,4375% e 16,125%, respectivamente.

	Cenário Base SELIC 10,75%	Cenário Provável SELIC 10,75%	Cenário Possível SELIC 13,4375%	Cenário Remoto SELIC 16,125%
<b>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	47.568	52.682	53.960	55.238
<b>Efeito Líquido da Variação da CDI</b>	-	<b>(5.114)</b>	<b>(6.392)</b>	<b>(7.670)</b>
<b>Risco - Alta do US\$</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	47.568	49.640	62.050	74.460
<b>Efeito Líquido da Variação do US\$</b>	-	<b>(2.072)</b>	<b>(14.482)</b>	<b>(26.892)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	-	<b>(3.041)</b>	<b>8.090</b>	<b>19.222</b>

### Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

## 26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de

mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro 2010	Valor justo em 30 de setembro de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	3.707.593	-	3.707.593	-
Letras do Tesouro Nacional	25.848	25.848	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	50.561	50.561	-	-
Notas do Tesouro Nacional	149.090	149.090	-	-
<b>Passivos</b>				
Contratos de Swaps	(61.786)	-	(61.786)	-

#### Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

## 27. RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010

### Revisão Tarifária - IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

### Revisão Tarifária - valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda Revisão Tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62%, em comparação à redução média aplicada de forma provisória, em abril de 2008, no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da Revisão Tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, considerados por ela, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no Reajuste Tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos, no resultado, são relacionados, principalmente, à redução no valor da Empresa de Referência, utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e, também, a uma revisão, pela ANEEL, no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que, na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no Reajuste Tarifário da Cemig D em 2008.

## 28. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

## PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/09/2010		30/09/2009		30/09/2010		30/09/2009	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia, Gás e Serviços	13.938.501		12.984.293		338		267	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(75.709)		(108.632)		-		2.367	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.678.541)		(2.356.066)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(552.682)		(621.103)		-		-	
Serviços de Terceiros	(638.594)		(530.387)		(7.139)		(9.676)	
Gás Comprado para Revenda	(162.685)		(128.404)		-		-	
Materiais	(89.740)		(84.152)		(282)		(230)	
Outros Custos Operacionais	(495.073)		(193.943)		116.636		37.185	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>9.245.477</b>		<b>8.961.606</b>		<b>109.553</b>		<b>29.913</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(692.971)		(660.973)		(127)		(140)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>8.552.506</b>		<b>8.300.633</b>		<b>109.426</b>		<b>29.773</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		1.617.178		1.659.954	
Receitas Financeiras	693.099		684.724		61.019		38.614	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>9.245.605</b>		<b>8.985.357</b>		<b>1.787.623</b>		<b>1.728.341</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.041.718</b>	<b>11,27</b>	<b>1.100.658</b>	<b>12,25</b>	<b>28.889</b>	<b>1,62</b>	<b>31.086</b>	<b>1,80</b>
Remuneração direta	795.302	8,60	956.320	10,64	21.980	1,23	26.156	1,51
Benefícios	182.244	1,97	134.902	1,50	4.356	0,24	4.444	0,26
FGTS	43.497	0,47	9.436	0,11	2.553	0,14	486	0,03
Outras	20.675	0,23	-	-	-	-	-	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>5.358.346</b>	<b>57,96</b>	<b>5.397.312</b>	<b>60,07</b>	<b>124.706</b>	<b>6,98</b>	<b>123.117</b>	<b>7,12</b>
Federais	2.995.582	32,40	3.137.748	34,92	124.688	6,98	123.115	7,12
Estaduais	2.358.541	25,51	2.257.068	25,12	-	-	-	-
Municipais	4.223	0,05	2.496	0,03	18	-	2	-
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.258.692</b>	<b>13,61</b>	<b>903.168</b>	<b>10,05</b>	<b>47.179</b>	<b>2,64</b>	<b>32.926</b>	<b>1,91</b>
Juros	1.216.553	13,16	873.765	9,72	46.526	2,60	32.310	1,87
Aluguéis	42.139	0,46	29.403	0,33	653	0,04	616	0,04
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>1.586.849</b>	<b>17,16</b>	<b>1.584.219</b>	<b>17,63</b>	<b>1.586.849</b>	<b>88,77</b>	<b>1.541.212</b>	<b>89,17</b>
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	43.007	0,48	-	-	-	-
Lucros Retidos	1.586.849	17,16	1.541.212	17,15	1.586.849	88,77	1.541.212	89,17
	<b>9.245.605</b>	<b>100</b>	<b>8.985.357</b>	<b>100</b>	<b>1.787.623</b>	<b>100</b>	<b>1.728.341</b>	<b>100</b>

## 29. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

### PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2010	30/09/2009
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>1.586.850</b>	<b>1.584.219</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(5.448)	(3.509)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	1.993	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>1.583.395</b>	<b>1.580.710</b>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	1.583.395	1.580.710
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	43.007

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor (“FIP Redentor”), que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações, mencionado na letra “c” desta nota. O valor do exercício corresponderá ao valor pago na subscrição das ações, adicionado a outros gastos para constituição e administração do fundo, atualizados pelo CDI + 0,9% a.a.

A Parati foi constituída com o objetivo de adquirir as ações representativas de 26,06% do capital votante da Light, detidas originalmente pelo FIP PCP e pela Enlighted. A CEMIG participará em até 25% da Parati, e os demais cotistas (Banco Sandanter (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BTG Pactual S.A.) a partir de 75%.

### b) Reajuste Tarifário Da Cemig Distribuição De 2011

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

**c) Aquisição de ações da Redentor Energia S/A. pela Parati S/A.**

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), empresa controlada da Cemig, adquiriu em 12 de abril de 2011, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor Energia S.A. (“Redentor”), pelo valor total de R\$403.350 mil, correspondendo a um preço por ação de R\$6,87.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizará oferta pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor, de acordo com os termos e condições do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 361/02, e do item 8.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), pelo mesmo preço por ação pago ao FIP-PCP (“OPA”).

Adicionalmente, a Parati poderá, dentro do prazo de um ano, realizar oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta da Redentor, bem como sua saída do Novo Mercado, sem que os acionistas da Redentor recebam a diferença, caso existente, entre o preço a ser pago na OPA e o preço a ser pago na oferta de que trata este parágrafo.

**d) Novas Captações Cemig Distribuição**

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

**e) Emissão de Debêntures da Ligth SESA**

Em maio de 2011, a Light SESA concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$650.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.



As debêntures foram emitidas em 2 de maio de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 5 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,35% ao ano definido em processo de bookbuilding, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 2 de maio de 2016.

Em maio de 2011, a Light Energia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$170.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 10 de abril de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 12 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,45% ao ano, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 10 de abril de 2016.

#### **f) Aquisição de participação acionária - ABENGOA**

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31/12/2010.

#### **g) Aquisição de participação na Light - Exercício de Opção**

Em 07 de outubro de 2010, a Enlighted Partness Venture Capital LLC (“Enlighted”) exerceu a opção de venda de suas quotas no Luce LLC (“Luce”), à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou a terceiro indicado por ela, objeto do Contrato de Opção de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Opção”) celebrado em 24 de março de 2010 entre CEMIG e Enlighted.

Em 7 de julho de 2011, a PARATI S.A. – PARTICIPAÇÕES EM ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA (“Parati”), Controlada em Conjunto da CEMIG, adquiriu 100% das participações na Luce, proprietária de 75% das quotas do LUCE BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FIP Luce”), que por sua vez é detentor indireto, através da LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., de 26.576.149 ações

ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), representando, aproximadamente, 9,77% do seu capital total e votante.

O valor pago à Enlighted pela referida aquisição foi de R\$515.946. Em decorrência desta transação e conforme previsto no Acordo de Quotistas do FIP Luce, a Fundação de Seguridade Social Braslight (“Braslight”), detentora dos 25% restantes das quotas do FIP Luce, passou a ter uma opção de venda de sua participação à Parati, que, caso fosse exercida, deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 dias.

Em 15 de julho de 2011, a Parati, através da Luce, foi notificada pela Braslight, que exercerá a Opção de Venda (“Opção de Venda”) de sua participação de 25% no FIP Luce.

O valor a ser pago à Braslight pela referida aquisição será de R\$171.982, e a Parati terá o prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação, para efetuar o pagamento, sem quaisquer ajustes.

O exercício das opções mencionadas não afeta a validade do acordo de acionistas atualmente vigente, celebrado em 30 de dezembro de 2009, disponível no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O pagamento do valor do exercício e a transferência das ações da Parati estão condicionados à aprovação prévia da ANEEL.

#### **h) Aquisição de participação acionária - Renova**

A companhia, por meio da Light, aprovou em 09 de julho de 2011 uma parceria com a Renova Energia, empresa negociada em bolsa e que investe em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas. Com o negócio, de cerca de R\$ 400 milhões, a Light passará a deter 26% do capital total e 50% do bloco de controle da Renova.

### 31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>12.582.683</b>	<b>15.221.291</b>	<b>9.811.435</b>	<b>2.463.099</b>	<b>912.920</b>	<b>870.003</b>	<b>393.600</b>	<b>197.961</b>	<b>157.347</b>	<b>694.782</b>	<b>(9.220.094)</b>	<b>34.085.026</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	432.355	2.417.624	759.788	214.052	31.896	48.256	74.251	18.505	14.769	167.340	-	4.178.835
Contas a Receber	1.561.291	479.638	1.827.397	383.797	24.624	208.017	-	4.458	3.091	23.606	20.368	4.536.287
Outros Ativos	497.841	1.050.828	2.246.619	438.138	270.589	68.640	54.589	15.402	136	(101.587)	(57.852)	4.483.344
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	10.091.196	11.273.200	4.977.631	1.427.112	585.811	545.090	264.760	159.596	139.350	605.423	(9.182.610)	20.886.560
<b>PASSIVO</b>	<b>12.582.683</b>	<b>15.221.291</b>	<b>9.811.435</b>	<b>2.463.099</b>	<b>912.920</b>	<b>870.003</b>	<b>393.600</b>	<b>197.961</b>	<b>157.347</b>	<b>694.781</b>	<b>(9.220.094)</b>	<b>34.085.026</b>
Fornecedores e suprimentos	1.143	161.026	716.661	127.658	2.458	40.781	15.993	9.957	9.007	(7.966)	(83.085)	993.633
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	57.768	7.559.191	3.058.435	641.733	298.115	162.304	67.165	-	-	74.623	864.639	12.783.973
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	487.062	186.234	229.559	92.683	32.047	1.014	6.970	9.453	7.208	68.620	(633.788)	487.062
Obrigações Pós-Emprego	95.190	431.513	1.372.264	245.906	-	-	-	-	-	39.315	-	2.184.187
Outros Passivos	391.476	1.616.479	1.991.963	480.746	112.644	230.927	16.107	54.753	3.736	43.514	(185.250)	4.757.095
Patrimônio Líquido	11.550.043	5.266.849	2.442.553	874.373	467.655	434.977	287.366	123.799	137.395	476.677	(9.182.610)	12.879.076
<b>RESULTADO</b>												
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>338</b>	<b>2.897.768</b>	<b>5.158.471</b>	<b>1.020.006</b>	<b>154.162</b>	<b>232.241</b>	<b>74.988</b>	<b>33.968</b>	<b>25.936</b>	<b>135.619</b>	<b>(296.404)</b>	<b>9.437.095</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>38.907</b>	<b>(1.421.202)</b>	<b>(4.493.681)</b>	<b>(811.405)</b>	<b>(17.875)</b>	<b>(183.762)</b>	<b>(50.090)</b>	<b>(9.971)</b>	<b>(12.030)</b>	<b>8.072</b>	<b>296.404</b>	<b>(6.727.205)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(242.333)	(2.094.432)	(440.260)	-	-	-	(543)	(1.634)	(4.614)	105.275	(2.678.541)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(192.809)	(468.116)	(65.484)	-	-	-	-	(2.049)	(5.216)	180.991	(552.682)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(162.685)	-	-	-	0	-	(162.685)
Custo de construção	-	(67.820)	-	(91.145)	(1.083)	-	-	-	-	(7.124)	-	(167.171)
Pessoal	(29.245)	(216.680)	(547.696)	(36.053)	(4.942)	(11.656)	(6.104)	(721)	(956)	(4.041)	-	(858.094)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.477)	(27.396)	(95.899)	(3.831)	-	193	1	(130)	(88)	(251)	-	(131.879)
Obrigações Pós-Emprego	(9.408)	(34.961)	(61.788)	(16.160)	-	-	-	-	-	70.572	-	(51.745)
Materiais	(282)	(14.160)	(67.378)	(5.484)	(284)	(884)	(598)	(186)	(121)	(363)	-	(89.740)
Serviços de Terceiros	(7.139)	(104.562)	(437.712)	(54.463)	(8.116)	(3.800)	(11.203)	(2.775)	(2.407)	(16.538)	10.121	(638.594)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(100.774)	(8.519)	-	-	-	-	(1.291)	(973)	(1.887)	-	(113.444)
Depreciação e Amortização	(127)	(305.901)	(283.056)	(57.568)	(1.409)	(5.074)	(23.203)	(4.173)	(3.294)	(9.165)	-	(692.971)
Provisões Operacionais	101.861	6.230	(243.719)	(28.278)	-	-	(59)	22	(225)	(9.693)	-	(173.861)
Outras Despesas Líquidas	(12.275)	(120.034)	(185.367)	(12.680)	(2.042)	143	(8.923)	(174)	(282)	(3.608)	17	(345.226)
<b>Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e</b>	<b>39.246</b>	<b>1.476.567</b>	<b>664.790</b>	<b>208.601</b>	<b>136.287</b>	<b>48.479</b>	<b>24.898</b>	<b>23.997</b>	<b>13.906</b>	<b>143.692</b>	<b>-</b>	<b>2.709.890</b>
Resultado Financeiro Líquido	17.975	(345.543)	(87.651)	(19.853)	(21.347)	(1.988)	1.195	1.181	1.131	(68.554)	-	(523.454)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>57.221</b>	<b>1.131.024</b>	<b>577.139</b>	<b>188.748</b>	<b>114.940</b>	<b>46.491</b>	<b>26.093</b>	<b>25.178</b>	<b>15.037</b>	<b>75.137</b>	<b>-</b>	<b>2.257.009</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.585)	(325.645)	(111.030)	(70.186)	(18.713)	(14.690)	(6.505)	(8.845)	(1.417)	(24.544)	-	(670.159)
<b>Resultado do Período</b>	<b>(31.364)</b>	<b>805.379</b>	<b>466.109</b>	<b>118.562</b>	<b>96.227</b>	<b>31.801</b>	<b>19.588</b>	<b>16.334</b>	<b>13.620</b>	<b>50.593</b>	<b>-</b>	<b>1.586.850</b>

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

### *Adoção das normas internacionais de contabilidade*

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

### *Resultado do Período*

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2010, um Resultado Consolidado de R\$1.586.850 em comparação ao Resultado Consolidado de R\$1.584.219 no período de janeiro a setembro de 2009 representando um aumento de 0,17%.

### *LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

O LAJIDA da CEMIG, no período de janeiro a setembro de 2010, apresentou um aumento de 4,75% em relação ao período de janeiro a setembro de 2009. Ajustado aos Itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 5,17%.

O aumento do LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento de 6,90% na Receita Operacional Líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 8,18% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização. O aumento dos Custos e Despesas Operacionais, verificado no período de janeiro a setembro de 2010, em relação ao período de janeiro a setembro de 2009, refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 37,56%, em 2009, para 36,81% em 2010.

Os principais efeitos, não recorrentes, que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, em 2010, na Cemig Distribuição S.A., no montante de R\$177.592, decorrente de acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;
- Reconhecimento de Despesa com ICMS, em 2010, referente à subvenção de desconto na tarifa de Consumidor de Baixa Renda, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão à Programa de Anistia, implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Registro de Provisões, em 2010 e 2009, nos valores de R\$21.992 e R\$200.903, respectivamente, referentes ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2010	30/09/2009	Var %
Resultado do Período	1.586.850	1.584.219	0,17
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	670.160	881.661	(23,99)
+ Resultado Financeiro Líquido	523.454	189.041	176,90
+ Amortização e Depreciação	692.971	660.973	4,84
<b>= LAJIDA</b>	<b>3.473.435</b>	<b>3.315.894</b>	<b>4,75</b>
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	177.592	-	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	25.702	-	-
+ Programa de Desligamento voluntário - PDV	21.992	200.903	(89,05)
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>3.698.721</b>	<b>3.516.797</b>	<b>5,17</b>

## Receita

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$11.098.687, no período de janeiro a setembro de 2010, em comparação a R\$10.940.613 no período de janeiro a setembro de 2009, o que representa um aumento de 1,44%.

### Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$9.880.949, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$9.690.025 no mesmo período de 2009. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Aumento de 5,17% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- Reajuste tarifário, na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;
- Reajuste tarifário, na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral no período de janeiro a setembro de 2010);
- Maior recebimento em 2009 de itens regulatórios, destacando-se os valores da Recomposição Tarifária Extraordinária.

## Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Janeiro a Setembro de 2010	Janeiro a Setembro de 2009	Var %
Residencial	7.343.299	7.258.610	1,17
Industrial	18.149.884	16.751.105	8,35
Comércio, Serviços e Outros	4.558.053	4.553.494	0,10
Rural	1.859.940	1.654.615	12,41
Poder Público	789.045	781.589	0,95
Iluminação Pública	907.086	920.208	(1,43)
Serviço Público	1.009.757	995.127	1,47
<b>Total</b>	<b>34.617.064</b>	<b>32.914.748</b>	<b>5,17</b>

### **Receita com Suprimento**

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 3,71%, sendo, entretanto verificada uma redução no preço médio de venda de energia, R\$108,26/MWh em 2010 na comparação com R\$113,59/MWh em 2009. Essa redução foi decorrente principalmente dos contratos de venda de energia através dos leilões de ajuste para as distribuidoras, realizados exclusivamente em 2009, com um preço médio de R\$145,00 por MWh. Dessa forma, ocorreu uma redução de 1,16% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$1.093.238 em 2010 na comparação com R\$1.106.045 em 2009. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias de energia foi de 10.098.398 MWh no período de janeiro a setembro de 2010 comparados a 9.737.282 MWh no período de janeiro a setembro de 2009.

### **Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD**

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$1.115.336 no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$845.477 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 31,92%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

### **Receita de Uso da Rede de Transmissão**

A Receita de Uso da Rede de Transmissão apresentou um crescimento de 268,90% correspondente a R\$465.299 (R\$1.224.782 no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$759.483 no período de janeiro a setembro de 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2010 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas em 2010.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.501.406, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$4.156.685 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 8,29%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$373.371, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$288.443 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 29,44%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$317.478, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$309.524 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 2,57%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no período de janeiro a setembro de 2010, foram de R\$6.656.633 comparados a R\$6.172.687 no período de janeiro a setembro de 2009, com aumento de 7,84%. Este resultado decorre, principalmente, dos aumentos nos Custos não controláveis com energia comprada para revenda, sendo compensado, parcialmente, pela redução na Despesa com Pessoal. Também contribuiu, para o aumento das Despesas Operacionais, a provisão de R\$177.592, reconhecida em Outras Despesas, decorrente de acordo com grande consumidor. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.678.541, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$2.356.066 no período de janeiro a setembro de 2009, representando um aumento de 13,69%. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no período de janeiro a setembro de 2010, foi de R\$552.682 comparados a R\$621.103 no período de janeiro a setembro de 2009, uma redução de 11,02%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

#### Pessoal

A Despesa com Pessoal, no período de janeiro a setembro de 2010, foi de R\$858.094, comparados a R\$1.040.950 no período de janeiro a setembro de 2009, com uma



redução de 17,57%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com PDV, reconhecida no período de janeiro a setembro de 2009, no montante de R\$201.389 contra R\$21.992 no mesmo período de 2010, associado à redução da quantidade de empregados, que passou de 9.837, em setembro de 2009, para 8.949 em setembro de 2010.

#### Depreciação/Amortização

A Despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 4,80%, na comparação entre os períodos: R\$692.971, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$660.973 no período de janeiro a setembro de 2009. Este resultado decorre, substancialmente de; (i) aumento do Ativo Imobilizado, em decorrência de novos investimentos feitos nos Programas Clarear, Cresce Minas e Luz para Todos, (ii) amortização do Ativo Intangível, referente ao novo software de faturamento da Companhia, e, (iii) Consolidação das Empresas adquiridas no 4º trimestre de 2009.

#### Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$51.475, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$57.233 no período de janeiro a setembro de 2009, representando uma redução de 9,59%. Estas Despesas representam, basicamente, os juros incidentes sobre as Obrigações Atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos Planos, estimados por Atuário externo. O aumento desta Despesa decorre, basicamente, da menor expectativa de rendimento dos ativos do Plano em 2010.

#### Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$173.861, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$88.765 no período de janeiro a setembro de 2009, um aumento de 95,87%. Este resultado decorre, substancialmente, da celebração de Acordo, para encerrar Processo judicial, com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86. O valor de R\$177.592 foi provisionado em maio de 2010.

### Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$162.685, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$128.404 no período de janeiro a setembro de 2009 representando um aumento de 26,70%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior operação das Usinas térmicas, clientes da Gasmig, em 2010.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado, no período de janeiro a setembro de 2010, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$523.454, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$189.041 no período de janeiro a setembro de 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na Receita com aplicações financeiras: R\$286.287 no período de janeiro a setembro de 2010 em comparação a R\$183.144 no período de janeiro a setembro de 2009, com uma variação de 56,32%, decorrente de maior volume de recursos aplicados em 2010;
- Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$791.696, no período de janeiro a setembro de 2010, comparados a R\$549.177 no período de janeiro a setembro de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos de financiamento, destacando-se a emissão pela Cemig Geração e Transmissão, em outubro de 2009, de Notas Promissórias (“Commercial Papers”), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010, e da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor, utilizadas na liquidação das Notas Promissórias;
- Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$82.228 no período de janeiro a setembro de 2010 comparados a R\$5.539 no período de janeiro a setembro de 2009. Este aumento decorre, substancialmente, do maior volume de recursos captados e da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, principalmente o IGPM que passou de uma variação negativa de 1,61%, no período de janeiro a setembro de 2009, para uma variação positiva de 7,89% no mesmo período de 2010.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2010, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$670.160 em relação ao lucro de R\$2.257.009, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,69%. No período de janeiro

a setembro de 2009, a CEMIG apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$881.661 em relação ao lucro de R\$2.465.880, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 35,75%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 07 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2010 E 2009

	Nota	Consolidado IFRS	
		3º trim/10	3º trim/09
<b>RECEITA</b>	21	<b>3.383.172</b>	<b>3.025.129</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	22		
Pessoal e Administradores		(264.864)	(283.634)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(52.490)	(26.094)
Obrigações Pós-Emprego		(16.392)	7.558
Materiais		(31.023)	(27.347)
Serviços de Terceiros		(233.741)	(170.042)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.099.770)	(762.078)
Depreciação e Amortização		(255.109)	(236.517)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(37.831)	(42.100)
Provisões Operacionais		33.272	(42.154)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(191.304)	(208.024)
Gás Comprado para Revenda		(61.603)	(43.666)
Custos de Construção		(59.703)	(29.794)
Outras		(116.530)	(131.942)
		<b>(2.387.088)</b>	<b>(1.995.834)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro</b>		<b>996.084</b>	<b>1.029.295</b>
Resultado Financeiro Líquido	23	<b>(167.171)</b>	<b>(38.307)</b>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>828.913</b>	<b>990.988</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	<b>(233.288)</b>	<b>(289.742)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	<b>64.045</b>	<b>(50.265)</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>659.670</b>	<b>650.981</b>
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		<b>659.670</b>	<b>642.792</b>
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	<b>8.189</b>

### Resultado do Período

A CEMIG apresentou, no terceiro trimestre de 2010, um resultado de R\$659.670, em comparação ao resultado de R\$650.981 no terceiro trimestre de 2009, apresentando um aumento de 1,33%.

### LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG, no terceiro trimestre de 2010, apresentou uma variação pouco expressiva em relação ao terceiro trimestre de 2009, uma redução de 1,15%. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma redução de 2,21%.

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var %
Resultado do Período	659.670	650.981	1,33
+ Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	169.243	340.007	(50,22)
- Resultado Financeiro Líquido	167.171	38.307	336,40
+ Amortização e Depreciação	255.109	236.517	7,86
<b>LAJIDA</b>	<b>1.251.193</b>	<b>1.265.812</b>	<b>(1,15)</b>
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV/PPD	(3.387)	10.205	-
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>1.247.806</b>	<b>1.276.017</b>	<b>(2,21)</b>

### Receita

	Consolidado IFRS	
	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.891.355	3.663.257
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	418.935	246.814
Receita de Uso da Rede de Transmissão	469.667	374.506
Outras Receitas operacionais	184.739	158.193
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.581.523)	(1.417.641)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.383.172</b>	<b>3.025.129</b>

## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09 Reclassificado	Var. %	Terceiro Trim/10	Terceiro Trim/09	Var. %
Residencial	2.475.266	2.390.877	3,53	1.185.334	1.263.562	(6,19)
Industrial	6.521.231	5.618.583	16,07	1.042.107	1.019.598	2,21
Comércio, Serviços e Outros	1.492.038	1.456.060	2,47	655.503	715.970	(8,45)
Rural	748.867	678.046	10,44	177.317	186.243	(4,79)
Poder Público	269.547	255.566	5,47	117.141	121.823	(3,84)
Iluminação Pública	310.552	304.818	1,88	78.456	86.026	(8,80)
Serviço Público	355.252	335.729	5,82	104.141	111.082	(6,25)
<b>Subtotal</b>	<b>12.172.753</b>	<b>11.039.679</b>	<b>10,26</b>	<b>3.359.999</b>	<b>3.504.304</b>	<b>4,12</b>
Consumo Próprio	14.499	12.635	14,75	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	32.030	36.517	(12,29)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	15.672	(300.532)	-
	<b>12.187.252</b>	<b>11.052.314</b>	<b>10,27</b>	<b>3.407.701</b>	<b>3.240.289</b>	<b>5,17</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	3.671.488	3.463.773	6,00	426.723	379.523	12,44
Transações com Energia na CCEE	597.554	726.311	(17,73)	42.798	20.116	112,76
Vendas PROINFA	21.709	-	-	14.133	23.327	(39,42)
<b>Total</b>	<b>16.478.003</b>	<b>15.242.398</b>	<b>8,11</b>	<b>3.891.355</b>	<b>3.663.257</b>	<b>6,23</b>

(\*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A Receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.891.355, no terceiro trimestre de 2010, em comparação a R\$3.663.257 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 6,23%.

Os principais impactos, na Receita de 2010, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário, com impacto médio nas tarifas dos consumidores, de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;
- aumento de 10,27% no volume de energia faturada a consumidores finais, excluindo consumo próprio.

A quantidade de energia vendida a outras Concessionárias aumentou em 6,00%, sendo verificado um aumento no preço médio de venda de energia, R\$116,23/MWh, no terceiro trimestre de 2010, na comparação com R\$109,57/MWh no terceiro trimestre de 2009. O aumento na quantidade de energia vendida, associado ao aumento de 6,08% do preço médio, implicou em um aumento na receita com suprimento em 12,44% no terceiro trimestre de 2010 em comparação ao terceiro trimestre de 2009.

### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$418.935 no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$246.814 no terceiro trimestre de 2009, um aumento de 69,74%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da

recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

### ***Receita de Uso da Rede de Transmissão***

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 18,88% correspondente a R\$95.161 (R\$469.667 no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$374.506 no terceiro trimestre de 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas no segundo trimestre de 2010.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.581.523, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$1.417.641 no terceiro trimestre de 2009, um aumento de 11,56%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

#### **Conta de Consumo de Combustível - CCC**

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$266.150, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$224.428 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 18,59%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

## Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$135.210, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$95.768 no terceiro trimestre de 2009, um aumento de 41,18%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, foram de R\$2.387.088 no terceiro trimestre de 2010 comparados a R\$1.995.834 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 19,60%. Este resultado deve-se, principalmente, aos aumentos nos gastos com Energia Comprada para Revenda e Serviços de Terceiros, parcialmente compensados pela redução nas Provisões Operacionais.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.099.770 no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$762.078 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento de 44,31%. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

#### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$233.741 no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$170.042 no terceiro trimestre de 2009, representando um aumento

de 37,46%, sendo a principal variação, nos gastos, com Manutenção e Conservação de Instalações e equipamentos elétricos.

Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$52.475, no terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$24.902 no terceiro trimestre de 2009, com aumento de 110,72%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com manutenção preventiva em suas redes de distribuição e também a consolidação das Empresas adquiridas no quarto trimestre de 2009.

#### Pessoal

A Despesa com Pessoal, no terceiro trimestre de 2010, foi de R\$264.864, comparados a R\$283.634 no terceiro trimestre de 2009, apresentando uma redução de 6,62%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com PDV, reconhecida, no terceiro trimestre de 2009, no montante de R\$10.205 contra uma reversão de despesa de R\$3.387 em 2010, decorrente de ajuste na provisão. Deve também ser ressaltada a redução do número de empregados, 8.949 em setembro de 2010 na comparação com 9.837 em setembro de 2009.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no terceiro trimestre de 2010, foi de R\$191.304 comparados a R\$208.024 no terceiro trimestre de 2009, representando uma redução de 8,04%. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

#### Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$16.392 no terceiro trimestre de 2010, comparados a uma reversão de despesa de 7.558 no terceiro trimestre de 2009. Estas Despesas representam, basicamente, os juros incidentes sobre as Obrigações Atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos Planos, estimados por Atuário externo. O aumento desta Despesa, em 2010, decorre, basicamente, da menor expectativa de rendimento dos ativos do Plano em 2010.



## Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais corresponderam a uma reversão de provisão de R\$33.272, no terceiro trimestre de 2010, comparada a uma Despesa de R\$42.154 no terceiro trimestre de 2009. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões jurídicas em 2010 em função da revisão da expectativa de perdas.

## **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro foi uma despesa financeira líquida de R\$167.171 no terceiro trimestre de 2010 comparados a R\$38.307 no terceiro trimestre de 2010.

Os principais fatores que explicam a variação no Resultado Financeiro dos trimestres comparados são como segue:

- Aumento de R\$51.554, na Receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2010;
- Redução de R\$43.264 na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica em decorrência, principalmente, de menor inadimplência de clientes em 2010.
- Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$293.987 terceiro trimestre de 2010, comparados a R\$199.156 no terceiro trimestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos financiamentos, principalmente, da captação de recursos pela Cemig Geração e Transmissão, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no valor de R\$2.700.000;

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A CEMIG apurou, no terceiro trimestre de 2010, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$169.243 em relação ao lucro de R\$828.913, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 20,42%. No terceiro trimestre de 2009, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$340.007 em relação ao lucro de R\$888.486, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 38,27%.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

### Relações com Investidores

No ano de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

### Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- Endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- Relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- Saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- Montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- Investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às aquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- Manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- Relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- Saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

## Conselho de Administração

### *Reuniões*

O Conselho de Administração reuniu-se 25 vezes durante o ano de 2009 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

### *Composição, eleição e mandato*

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2010, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2012.

### *Principais responsabilidades e atribuições:*

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- Deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- Autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- Aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

### **Qualificação e remuneração**

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### **Comitê de Auditoria**

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

### **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2009 foram realizadas 59 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com>.

### ***Conselho Fiscal***

#### ***Reuniões***

No ano de 2009, foram realizadas 10 reuniões.

#### ***Composição, eleição e mandato***

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- Um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- Um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- Três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

#### ***Principais responsabilidades e atribuições:***

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

#### ***Qualificação e remuneração***

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### ***Lei Sarbanes-Oxley***

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

### ***Gerenciamento de Riscos Corporativos***

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

### ***Estrutura Funcional***

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

### ***Desafios***

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

### ***Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.



### ***Comissão de Ética***

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

## POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	50,96	-	0,00	151.993.292	22,27
Outras Entidades do Estado	40.197	0,01	7.057.472	1,84	7.097.669	1,00
<b>Total Controlador</b>	<b>152.033.489</b>	<b>50,97</b>	<b>7.057.472</b>	<b>1,84</b>	<b>159.090.961</b>	<b>23,31</b>
AGC Energia S/A	98.321.592	32,96	-	0,00	98.321.592	14,41

**Nota:** o acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

## AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30 de setembro de 2010		30 de setembro de 2009	
	ON	PN	ON	PN
<b>CONTROLADOR</b>	152.033.489	7.057.472	138.212.264	6.415.884
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>8.687</b>	<b>481</b>	<b>110</b>	<b>438</b>
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Aécio Ferreira da Cunha	1	-	-	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	1	-
Djalma Bastos de Morais	-	55	-	50
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	386
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	11	-	10	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	-	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	-
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	-	421	-	-
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	96	1	88	1
Renato Torres de Faria	-	1	-	-
Ricardo Antônio Mello Castanheira	1	-	-	-
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	-
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	1	-
Tarcísio Augusto Carneiro	2.201	280	-	-
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>9</b>	<b>479</b>	<b>9</b>	<b>436</b>
Djalma Bastos de Morais	-	55	-	50
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	386
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	-	-	-	-
<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>4.400</b>	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Rafael Cardoso Cordeiro	4.400	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**  
**(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (\*)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2010	146.229.446	49,03	376.794.855	98,09	523.024.301	76,64
30.09.2009	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64

(\*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes do evento societário ocorrido no exercício de 2010.

**RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG  
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”) compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, ambas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$558,2 milhões em 30 de setembro de 2010, representando 4,0% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 totalizou R\$48,1 milhões de lucro, representando 3,0% do resultado do período, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.862,6 milhões em 30 de setembro de 2010, representando 5,5% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 05 de janeiro de 2011, incluindo nosso relatório de revisão datado de 12 de novembro de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.

7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem ativos e passivos registrados relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas
  
8. A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de setembro de 2010 totalizavam R\$5.604,7 milhões, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$560,5 milhões no ativo imobilizado.

9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRCMG058176/O-0